



**ATA 1948ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

1 Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, às nove horas
2 e quinze minutos, realizou-se a milésima noningentésima quadragésima
3 oitava reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de
4 São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram
5 presentes 26 (vinte e seis) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e
6 suplentes, a seguir indicadas/os: Andrea Mataresi, Aristeu Bertelli da
7 Silva, Camila Teodoro Godinho, Clarice Pimentel Paulon, Evelyn Sayeg,
8 Fábio Silvestre da Silva, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Luciana
9 Stoppa dos Santos, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Maria Rozinetti
10 Gonçalves, Monalisa Muniz Nascimento, Regiane Aparecida Piva,
11 Reginaldo Branco da Silva, Suely Castaldi Ortiz da Silva, Vinicius Cesca
12 de Lima, Bruna Lavinias Jardim Falleiros, Ed Otsuka, Edgar Rodrigues,
13 Ivana do Carmo Souza, Larissa Gomes Ornelas Pedott, Magna Barboza
14 Damasceno, Márcio Magalhães da Silva, Maria Mercedes Whitaker Kehl
15 Vieira Bicudo Guarnieri, Mary Ueta, Rodrigo Fernando Presotto e Rodrigo
16 Toledo. Estiveram presentes também as gestoras do Grande ABC, Flavia
17 Roberta Eugenio e de Ribeirão Preto, Maria Carolina Pinto Ferraz Cabau.
18 **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1) *Justificativas de Ausência*** -
19 Foram consideradas as justificativas de ausência das/os demais
20 conselheiras/os: Beatriz Borges Brambilla, Beatriz Marques de Mattos,
21 Ivana do Carmo Souza e Mauricio Marinho Iwai. **II) APROVAÇÃO DA**
22 **ATA 1944ª, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2016** - Clarice Pimentel Paulon
23 submete ao plenário a Ata da 1994ª Plenária Ordinária para aprovação.
24 Registra-se o pouco tempo que as/os conselheiras/os tiveram para
25 realizar a leitura da ata. Assim, indica-se que a mesma seja repautada
26 para a sessão Plenária de janeiro de 2017, para a devida aprovação.
27 **Encaminhamento:** O plenário remete a referida Ata para a pauta da
28 Plenária Ordinária de janeiro para a devida aprovação. **III) ASSEMBLEIA**
29 **DAS POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS – APAF –**
30 Aristeu Bertelli da Silva pontua a importância de que este ponto de pauta
31 seja concluído, tendo em vista a relevância da APAF - Assembleia das
32 Políticas, da Administração e das Finanças. Registra ainda que foram
33 encaminhados os subsídios dos pontos de pauta da APAF e, dessa
34 forma, durante as últimas semanas, esses materiais foram encaminhados,



35 via Departamento de Secretaria, para as/os conselheiras/os que possuem
36 mais afinidade com as pautas, solicitando-se a essas/es que fizessem a
37 apresentação desses pontos nesta plenária, para subsidiar a delegação.
38 Reforça o pedido de que as falas de apresentação desse ponto sejam
39 concisas, respeitando o limite de tempo de 3 (três) minutos por fala, pois
40 se trata de uma pauta extensa e, dessa forma, será possível a apreciação
41 completa desse ponto, de maneira mais rápida. A respeito da composição
42 das delegações, informa que é utilizado o princípio da proporcionalidade.
43 Assim, os regionais com uma base menor de psicólogas/os possuem uma
44 delegação com menor número de delegados. São Paulo tem sua
45 delegação composta por cinco conselheiras/os, maior número possível,
46 por possuir uma grande base de psicólogas/os. Lembra que para a
47 APAF de dezembro de 2016, conforme deliberação da 1944ª Plenária
48 Ordinária, a delegação deste CRP SP é formada por Vinicius Cesca de
49 Lima, Clarice Pimentel Paulon, Monalisa Muniz Nascimento, Guilherme
50 Rodrigues Raggi Pereira e por ele próprio. Informa, ainda, que como a
51 pauta da APAF é muito extensa, ao início dos trabalhos, são eleitos os
52 pontos que serão discutidos com prioridade. A cada ponto de APAF,
53 apenas 3 (três) delegados podem compor a mesa de discussão, os
54 demais ficam como suplentes, sendo que a cada ponto é possível
55 recompor. Solicita ao plenário que, na medida do possível, acompanhem
56 a transmissão ao vivo pela internet da APAF e, quando puderem e
57 entenderem pertinente, que entrem em contato com a delegação, para
58 apresentar mais subsídios sobre os pontos discutidos. Sobre o
59 funcionamento da APAF, informa que ordinariamente são realizadas
60 APAFs a cada 6 (seis) meses, em maio e dezembro. É possível, ainda, a
61 convocação de APAF extraordinária, porém essa prática é muito rara,
62 considerando, inclusive, a logística complexa exigida, de contar com a
63 presença da representação do Federal, bem como dos 23 (vinte e três)
64 regionais. **3.1) Pontos “Apreciação da Ata da APAF de Maio de 2016”,**
65 **“Eleições” e “Homologação da Consulta Nacional pela Assembleia**
66 **dos Delegados”** - Aristeu Bertelli da Silva comenta que pela a Ata da
67 APAF de maio é possível verificar que muitos dos pontos que estão
68 pautados nesta próxima APAF são remanescentes da APAF de maio,
69 quando se dedicou muito tempo a preparação das eleições do Sistema
70 Conselhos, que estavam muito próximas de serem realizadas. Por essa



71 razão, muitos outros pontos ficaram pendentes. Outros pontos que foram
72 discutidos naquela APAF têm relação com o acompanhamento financeiro
73 tanto do Conselho Federal como de alguns Regionais. Outro fator que
74 teve destaque foi o questionamento sobre a feitura de Resoluções pelo
75 Conselho Federal de Psicologia sem a devida e necessária discussão
76 com o conjunto dos Regionais. Relata que se trata de algo muito grave e,
77 assim, durante aquela APAF algumas dessas Resoluções foram
78 retomadas para que fossem discutidas, inclusive com o indicativo de que
79 algumas delas fossem suspensas. No entanto, relata que a discussão
80 dessa possibilidade de suspensão não foi suficientemente debatida.
81 Pontua que essa postura é recorrente na atual gestão do CFP. Relata
82 também a discussão sobre uma nota de orientação emitida pelo CFP
83 sobre notificação compulsória e quebra do sigilo profissional nos casos
84 que envolvam violência doméstica. Ponto que havia sido discutido durante
85 a APAF de dezembro de 2015, mas que ainda não havia sido fechado um
86 consenso a respeito. Além disso, trata-se de uma discussão de quebra de
87 sigilo que envolve uma série de conselhos profissionais, e que é
88 direcionado pela Justiça Federal e Ministério Público Federal, sendo a
89 perspectiva era construir uma resolução com consenso entre as diversas
90 categorias. Assim, a ideia é de que seja constituído um GT que tenha a
91 tarefa de mobilização em função dessa atividade. Pontua que além
92 desses pontos, também foram criados diversos Grupos de Trabalho, mas
93 muitos deles não tiveram ações até o momento. Um desses GTs era
94 responsável por estudar a Resolução sobre a questão de atendimento em
95 casos que envolvam a homoafetividade, que é chamada de Resolução
96 contrária à homofobia e contrária às terapias de reversão. Porém, esse
97 GT também não prosperou em seus trabalhos. Para a APAF de
98 dezembro, além da cobrança sobre as atividades que não foram
99 realizadas, como dos Grupos de Trabalho, há também a necessidade de
100 referendar a consulta pública realizada junto à categoria sobre a
101 composição do próximo plenário do Conselho Federal. **3.2) Pontos**
102 **Financeiros – 3.2.1 - Proposta Orçamentária do CFP para o Exercício de**
103 **2017** – O conselheiro tesoureiro Vinicius Cesca de Lima informa que o
104 CFP enviou a proposta orçamentária para 2017, que foi construída em
105 conjunto com a equipe de transição da gestão do CFP. O CFP tem sua
106 receita formada por transferência dos CRPs. Esta previsão corresponde a



107 cerca de R\$ 6.700.000,00 (seis milhões e setecentos mil reais), onde
108 grande parte das despesas envolve folha de pagamento, estrutura e
109 outros gastos fixos, restando cerca de R\$ 2.600.000 (dois mil e seiscentos
110 reais). Porém, destaca que o orçamento não está detalhado, o que caberá
111 a gestão que assumirá o Federal durante a APAF. 3.2.2 - Criação do GT
112 Permanente “Cobrança e Assuntos Correlatos” – Vinicius Cesca de Lima
113 comenta que esse ponto se refere a proposta de criação de um grupo de
114 trabalho no âmbito da APAF. Esse grupo seria, na verdade, derivado de
115 outro grupo de trabalho, que se debruçou especificamente sobre a
116 questão da cobrança registrada. Contextualiza que há uma normativa que
117 obriga que seja feita cobrança que identifica o pagador. De forma geral,
118 os Conselhos Regionais passarão a adotar essa prática a partir do
119 próximo ano. Informa que havia dificuldade inclusive com relação ao
120 banco onde o CRP SP possui conta bancária. Assim, o GT foi criado com
121 a finalidade de discutir essas questões. A conclusão de seus trabalhos
122 indica que não se iniciará cobrança registrada no início do ano de 2017,
123 devendo ocorrer a partir de junho de 2017. Ou seja, será utilizado o
124 modelo de cobrança simples para os boletos de cobrança para
125 pagamento das anuidades no começo do ano. Mas, para a recobrança,
126 que ocorre a partir de junho, já deverá ser utilizada a cobrança registrada.
127 Havia esse grupo de trabalho pensando nessas questões e que encerrou
128 seu trabalho e a proposta é que seja criado outro GT com o objetivo de
129 pensar de forma permanente sobre procedimentos de cobrança e
130 assuntos correlatos. A agenda para este grupo de trabalho seria discutir
131 as questões de cobrança compartilhada; da averiguação da possibilidade
132 Jurídica de mudanças de banco, que envolve também outro ponto, que é
133 a dificuldade de relacionamento com o Banco do Brasil e a possibilidade
134 de um pleito de que os Conselhos profissionais mantenham a modalidade
135 de cobrança simples e não adotem a cobrança registrada. O GT original é
136 composto por CFP e os CRPs 05, 07, 10, 14 e 17. 3.2.3) Situação
137 Financeira do CRP 01 - Vinicius Cesca de Lima informa que a crise
138 financeira do CRP 01 diz respeito à ausência de recursos daquele
139 regional, cuja receita está comprometida com gastos estruturais. O ponto
140 foi solicitado pelo próprio CRP 01, que tenta contextualizar a questão: foi
141 realizado concurso público para aquele Regional com uma quantidade de
142 cargos contratados não previstos no PCCS. O que fez com que a folha de



143 pagamento correspondesse atualmente a 90% das receitas e os demais
144 10% são para cobrir as questões estruturais. O que significa que não há
145 recursos no CRP 01 para nenhum investimento e para as ações políticas
146 desde o início da gestão passada. Ao longo da gestão eles já recorreram
147 à venda de patrimônio para tentar sanar as contas, também indicam
148 cortes abruptos de custeio de participação, visando a redução dos gastos.
149 Proporcionalmente, o CRP 01 é o Regional com o menor número de
150 funcionários. Houve redução de 10% no final da gestão em relação ao
151 início. Ainda assim, este Regional se mantém nesta condição financeira
152 problemática. No subsídio encaminhado, apresentam a proposta de que o
153 CFP transfira recursos para sanar as contas do Regional, mas não
154 menciona o valor necessário. Portanto, essa informação deverá ser uma
155 surpresa na APAF. Do ponto de vista político, o que deve ser pontuado é
156 que o CRP 01 já vem ao longo da última gestão tentando esta tratativa
157 com o CFP para conseguir auxílio com suas finanças. Porém, o grupo
158 político afrente do CRP 01 era diverso ao grupo que está na gestão do
159 CFP e, dessa forma, essa possibilidade de auxílio financeiro era sempre
160 negada. Circunstancialmente, por um breve período, o mesmo grupo está
161 afrente do CFP e do CRP 01, pois grupo político que assumiu o CRP 01
162 estará também afrente do CFP até a APAF. Assim, há expectativa de que
163 a posição do Federal possa ser diversa da apresentada anteriormente.
164 Comenta que pelo que acompanhou do processo, houve uma disputa de
165 narrativa. Na gestão passada, quem estava na gestão do CFP tentava
166 atribuir à gestão 2013-2016 do CRP 01 a responsabilidade, e não a
167 gestão em que havia ocorrido os erros administrativos. Sendo que quem
168 presidia o CRP 01 naquela ocasião passou na gestão seguinte (2013-
169 2016) a presidir o Conselho Federal. Considerações do plenário: 1)
170 Questiona-se qual o posicionamento do CRP SP sobre este assunto. 2)
171 Sugere-se que a postura do CRP SP seja de questionar o CFP com
172 relação à ajuda que não prestou ao CRP-01 na gestão 2013-2016, nos
173 momentos de estrangulamento, como forma de evidenciar caso haja
174 contradição na postura. 3) Lembra-se que este assunto já foi ponto de
175 APAF durante a gestão passada e o CRP SP acompanhou de perto a
176 situação. O Sistema Conselhos, especialmente o CRP SP, ajudava. O
177 CFP exigia do CRP 01 documentos no sentido de pressionar a gestão
178 para realizar demissões de funcionários e a gestão do CRP 01 foi



179 resistente a essa solução. 4) Concorde-se que os valores que serão
180 solicitados pelo CRP 01 ao CFP serão uma surpresa para todas/os na
181 APAF. 5) Entende-se importante que o CRP SP recorde sobre esses
182 entraves anteriores em APAF, porque há Regionais em que as novas
183 gestões podem não ter acompanhado o processo. 6) Questiona-se se há
184 regras para o repasse de dinheiro ou se esse dependeria somente de
185 avaliação política. 7) Indica-se que também deve ser pensada em uma
186 forma de encaminhar seu posicionamento do CRP SP. Pois, conforme
187 trazido anteriormente, há um duelo de narrativas. Pois, não foi
188 apresentado estudo por parte de um órgão de Consultoria que pudesse,
189 de fato, demonstrar subsídios para que fosse possível se posicionar. 8)
190 Sugere-se que seja pautada a solicitação de um estudo de ordem
191 administrativa, técnica e financeira para subsidiar o posicionamento deste
192 CRP. Porém, há dúvida se será possível conduzir esse encaminhamento,
193 mas é fundamental ter sempre condições de se posicionar, assim,
194 questiona-se qual poderia ser a defesa do CRP SP caso não haja
195 aprovação dessa sugestão durante a APAF. 9) Sugere-se que sejam
196 ouvidas as pessoas que compunham a gestão anterior e a atual sobre
197 consequência de não ter recursos para ações políticas. Trata-se de uma
198 problemática da categoria das/os psicólogas/os da região que sofrem
199 devido à escassez de recursos. 10) Indica-se a possibilidade de postergar
200 a decisão para o início da próxima gestão do CFP, até para que se tenha
201 mais embasamento para posição. Vinicius Cesca de Lima esclarece que
202 tudo o que foi feito, com as estratégias em curso fazem com que o CRP
203 01 mantenha seu funcionamento. Porém, não resolve a incapacidade de
204 promover outras ações. Assim, reforçam a proposta de que seja criado
205 um fundo de ajuda entre os CRs e o CFP, já com o indicativo de que seja
206 o primeiro Regional “beneficiado”. Politicamente, dentro do Sistema
207 Conselhos, o CRP defende uma lógica solidária. Enquanto grupo político
208 é feita defesa de que haja um Regional por Estado, o que pode implicar
209 dificuldade financeira. Assim, cabe pensar sobre qual seria a proposta
210 deste Regional a respeito da criação desse fundo. Lembra-se que
211 pessoas ligadas ao grupo que atualmente está na gestão do CRP 01 se
212 posicionou no COREP contra a proposta de que os Regionais de maior
213 parte sejam responsáveis pelo custeio dos menores. Reitera-se que todas
214 as APAFs discutiram o assunto, pautado pelo CRP-01 e que a estratégia



215 do CFP não era de que fosse declarada falência daquele Regional, mas
216 provocar uma intervenção. Defende-se que independente do grupo
217 político afrente dos Regionais e do CFP, é necessário diminuir as
218 desigualdades entre esses órgãos no Sistema Conselhos. Não existe
219 possibilidade de que o CRP SP se oponha ao apoio a esse CRP. No
220 entanto, ressalta-se que a atual gestão do CFP nunca permitiu e aceitou o
221 repasse de recursos aos CRPs. Endossa-se esse posicionamento, mas
222 acredita-se que é importante que se registre em um Termo de
223 Ajustamento de Conduta, para que seja possível o acompanhamento das
224 contas do CRP 01. O entendimento é que é importante que se tenha
225 acompanhamento sobre o possível apoio a esse Regional, pois quem
226 está atualmente na gestão dele é o mesmo grupo político que colocou o
227 Regional nesta situação. **Encaminhamento:** O CRP SP deverá apoiar
228 que seja dado apoio financeiro ao CRP 01, conforme exposto na
229 discussão desta plenária. Também se deve defender que não há razão
230 para intervenção, reiterando que a situação já foi exposta em todas as
231 APAFs pelo CRP 01. Também se deve avaliar a possibilidade de solicitar
232 que o CRP 01 providencie um estudo ao CRP 01 a respeito da situação.

233 **3.3) Resoluções - 3.3.1 - Resolução CFP nº 013/2007 (Institui a**
234 **Consolidação das Resoluções Relativas ao Título Profissional de**
235 **Especialistas em Psicologia)-** Monalisa Muniz Nascimento comenta que
236 se trata de uma solicitação do Conselho Regional de Psicologia da 12ª
237 Região, que fez a solicitação de inclusão do ponto “Especialidades em
238 Psicologia” na pauta da APAF de maio de 2016, mas não houve tempo
239 hábil para discussão. Comenta que a problemática trazida é a Ação Civil
240 Pública nº 5994-36.2013.4.01.3800, ajuizada pelo Ministério Público
241 Federal de Minas Gerais, em trâmite na 20ª Vara Federal da Seção
242 Judiciária de Minas Gerais, que questionou a Resolução CFP nº 013/2007
243 (Consolidação do Título de Especialista), no que se refere ao
244 credenciamento de cursos. Segundo o Ministério Público, o Conselho
245 Federal de Psicologia criou um mecanismo cuja competência, nos termos
246 da legislação federal, seria exclusiva da União, por intermédio do MEC. O
247 Conselho Federal de Psicologia não poderia, ainda, exigir o
248 credenciamento de cursos, uma vez que a competência para credenciar
249 instituições de ensino superior e regulamentar cursos de pós-graduação
250 lato sensu é exclusiva do MEC. O juízo da 20ª Vara Federal da seção



251 judiciária de Minas Gerais entendeu por bem deferir a antecipação de
252 tutela no sentido de determinar ao Conselho Federal de Psicologia que
253 registre os certificados de especialização lato sensu emitidos por
254 instituições de ensino credenciadas pelo Ministério da Educação, bem
255 como se abstenha de exigir credenciamento dessas instituições de
256 ensino. Entende relevante destacar que durante todo este trâmite judicial,
257 o CRP foi pouco informado sobre o andamento e das ações realizadas
258 pelo CFP para poder orientar os núcleos formadores do estado e ainda a
259 categoria sobre tais mudanças e determinações. Reforça que a
260 sustentação da argumentação descrita pode ser resumida no seguinte
261 parágrafo contido no documento encaminhado como subsídio: “O
262 *arcabouço legal é farto, com Resoluções Institucionais, Lei Federal e*
263 *Pareceres de órgãos consultivos que confirmam a legitimidade do*
264 *Conselho Federal de Psicologia em efetuar o credenciamento de*
265 *instituições, assim como ao estabelecer critérios para conceder ao*
266 *profissional o título de especialista. Aliás, tal exigência qualifica o trabalho*
267 *do profissional frente à sociedade como um todo e esta é a premissa*
268 *maior do Conselho Federal de Psicologia”. Pontua-se ainda que, pelo que*
269 *se pode recordar da gestão passada, houve uma discussão sobre o*
270 *Marco Regulatório das especialidades, que era algo que estava para além*
271 *dessa Ação Civil Pública, que é uma questão do MEC. Houve uma*
272 *discussão de que se tratava de uma ação mercadológica. Assim, indica*
273 *que o posicionamento do CRP SP seja contrário a Ação Civil Pública*
274 *supracitada, endossando os argumentos do CRP 12 que discorrem sobre*
275 *a autonomia do Conselho Federal de Psicologia em credenciar cursos de*
276 *especialização. Aristeu Bertelli da Silva recorda a respeito da questão do*
277 *título de especialista, que houve discussão no XIII Plenário, quando*
278 *ocorreu a Ação e indica que se trata de um ponto controverso dentro da*
279 *categoria de psicólogas/os. Ressalta assim que é importante que a*
280 *delegação do CRP SP na APAF esteja apropriada desse contexto para*
281 *que haja uma sintonia fina, reforçando que não se trata de algo específico*
282 *da Ação Civil Pública, mas de uma questão cotidiana dentro do Sistema*
283 *Conselhos de Psicologia. Há também a questão do exame de*
284 *periculosidade e das avaliações dentro do Sistema de Justiça e Prisional,*
285 *que reiteradamente afrontam este Conselho, e tentando minar o Sistema*
286 *Conselhos no que se refere às suas principais atividades: regulação,*



287 orientação e fiscalização da profissão de psicóloga/o no país.
288 **Encaminhamento:** A Secretaria deverá resgatar o posicionamento do
289 CRP SP sobre Marco Regulatório das Especializações, durante a gestão
290 2013-2016 e encaminhar como subsídio à conselheira Monalisa Muniz
291 Nascimento. 3.3.2 - Revisão da Resolução 11/2012 (Serviços
292 Psicológicos Mediados Por TICs) - Guilherme Rodrigues Raggi informa
293 que esse ponto já foi pautado na APAF de maio, não foi discutido e, por
294 isso, foi repautado. O posicionamento do CRP SP, via COF, aponta que
295 não tem nenhum processo ético, nada problemático envolvendo essa
296 questão dos sites na internet. Agora, pontua que em relação à questão
297 dos aplicativos, é importante na APAF produzir metodologia de discussão
298 voltada às novas tecnologias que podem surgir. Ressalta que São Paulo
299 tem sido o pioneiro no campo da pesquisa e regulamentação. Vinicius
300 Cesca de Lima reforça que revisão da Resolução foi deliberada no 9º
301 CNP, assim, o posicionamento de revisá-la está colocado. Defesa da
302 delegação do CRP SP: Defender a revisão da Resolução, conforme
303 deliberação do 9º Congresso. 3.3.3 - Atualização da Resolução CFP nº
304 002/2003 (Define e Regulamenta o Uso, a Elaboração e a
305 Comercialização de Testes Psicológicos) - Monalisa Muniz Nascimento
306 coloca que se trata de uma solicitação do CFP e da Comissão Consultiva
307 do SATEPSI que propõem 3 (três) Resoluções que trazem diversas
308 mudanças para o Sistema de Avaliação e para os testes psicológicos,
309 inclusive de nomenclaturas e denominações. Ressalta que os testes
310 psicológicos envolvem diversos estudos e que não há como garantir
311 aprovação e nem tomar para o Sistema Conselhos a responsabilidade
312 sobre essa fiscalização. Sua sugestão é que o CRP SP apoie que seja
313 realizada discussão a respeito da questão e que se posicione contrário as
314 propostas de Resolução. Comenta que foi realizada uma consulta pública,
315 mas que não sabe qual o seu resultado. Pontua que como subsídio foram
316 encaminhadas as 3 (três) propostas de resoluções e um quadro
317 comparativo. Pontua-se que a posição do CRP SP deve ser de
318 inicialmente realizar discussão junto à categoria, politizar o debate e
319 coletar as posições das/os profissionais que atuam com isso. Somente
320 depois criar um GT para propor o texto e finalmente aprovar em APAF.
321 Vinicius Cesca de Lima indica que para além da avaliação do conteúdo da
322 Resolução, deve-se fazer a avaliação política do contexto. O plenário



323 atual do CFP adotou uma política de fazer Resoluções sem um processo
324 participativo dentro do Sistema Conselhos. Defesa da delegação: De que
325 se interrompa o processo dessas Resoluções, para que se possa ser
326 construído em consulta à categoria e entidades, com a constituição de GT
327 nacional, para efetivar essa formação. 3.3.4 - Resolução CFP nº 007/2016
328 (Institui e Normatiza a Mediação e Outros Meios de Solução Consensual
329 de Conflitos no Sistema Conselhos de Psicologia) - Andrea Mataresi
330 comenta que houve uma Resolução do CFP que institui a mediação nos
331 processos éticos do Sistema Conselhos. O CRP SP já fez a Resolução
332 estadual e, portanto, está com o processo de iniciar isso. Comenta
333 também que está pautada nesta sessão plenária a instituição da Câmara
334 de Mediação da Ética (CAM COE) e da Comissão Consultiva para a
335 CAMCOE. Informa ainda que já houve treinamento com funcionários e
336 que está previsto o treinamento com conselheiros e colaboradores de
337 COE e COF entre os meses de fevereiro e março. Sabe-se que o CRP 05
338 está trabalhando para estabelecimento de uma Câmara em formato
339 diferente do pensado por este CRP 06. Comenta que a perspectiva do
340 CRP 05 é fazer parceria com Centro de Formação de Mediadores para
341 que cumpram estágio dentro do Conselho, pois querem iniciar a
342 realização da mediação, enquanto que o CRP 06 pretende
343 operacionalizar a mediação dentro dos processos éticos. Regiane
344 Aparecida Piva, com relação ao treinamento, sugere que seja
345 considerada a possibilidade de contratação de outro profissional para
346 realizar o treinamento, diferente do contratado durante a gestão passada,
347 uma vez que naquela ocasião houve pouco diálogo com os funcionários.
348 Indica ainda que é possível questionar a outros Regionais como está
349 funcionamento a implementação e sugere que a defesa da delegação
350 seja de que foi construída uma Resolução ampla e, dessa forma, cada
351 plenário pode definir o que seria objeto de mediação. A coordenadora
352 Luciana Mantovani explica que, no seu entendimento, o objetivo dessa
353 pauta na APAF é cumprir a realização de avaliação conjunta depois de 6
354 (seis) meses. Acredita que não haverá questionamento com relação à
355 Resolução. **3.4) Projeto de Lei nº 4364/12 que Altera a Lei nº 5766/71 -**
356 **Aristeu Bertelli da Silva** comenta que este CRP manteve este ponto na
357 pauta da APAF, solicitado durante a gestão passada. A proposta é de
358 alteração da Resolução com a perspectiva de consulta à categoria ao



359 invés de eleição indireta. Segundo a lei, quem escolhe o conjunto do
360 plenário do CFP é a APAF e não a categoria. Porém, na prática, já vendo
361 sendo realizada consulta à categoria, a qual que deve ser respeitada.
362 Vinicius Cesca de Lima acrescenta que a defesa do CRP deve ser por
363 eleição direta, mas por chapa. A Lei prevê que a categoria indique para os
364 CRPs e esses definem a composição do plenário do CFP, mas a defesa
365 que este CRP faz é que a composição do CFP também seja por meio de
366 eleição direta da categoria, o que tem sido realizado atualmente por meio
367 de pacto político. Aristeu Bertelli da Silva ressalta, ainda, que não existe
368 ilegalidade ou irregularidade na forma como tem sido feito, mas a
369 motivação para pautar esse ponto é que já vem sendo priorizando por
370 este grupo político o princípio da participação e, assim, o que também
371 perpassa pela alteração da Lei. **3.5) Saúde Suplementar** - Clarice
372 Pimentel Paulon explica que este ponto foi pautado por este CRP SP pois
373 tem relevância nacional. Comenta que já há previsão de sessões de
374 psicoterapia e consultas/sessões com psicólogo/a no rol de
375 procedimentos de cobertura mínima obrigatória da Agência Nacional de
376 Saúde Suplementar (ANS). O objetivo do ponto é solicitar que o CFP faça
377 gestão junto à ANS, em conjunto com CRs, para discutir as questões
378 relativas à assistência à saúde mental na Saúde Suplementar, com
379 proposições de ampliação dos serviços psicológicos e revisão do modelo
380 de atenção à saúde mental, considerando a Lei 10.216/2001. Ou seja,
381 pensar em formas de discutir Saúde Suplementar nas políticas de saúde.
382 **3.6) Grupos de Trabalho da APAF - 3.6.1) Revisão da Política de**
383 **Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia** –
384 Guilherme Rodrigues Raggi Pereira informa que a Resolução vigente
385 atualmente que versa sobre Orientação e Fiscalização foi elaborada no
386 início do anos 2000 e em APAF foi criado um GT com o objetivo de
387 discutir a revisão dessa normativa, em função de atualizações
388 necessárias. A versão final já havia sido trabalhada em APAFs anteriores
389 e quando estava para ser aprovada, o Conselho Federal de Psicologia fez
390 pontuações sobre o documento, que impediram sua aprovação. Essas
391 pontuações foram discutidas pelo jurídico deste CRP SP e pelo CRP do
392 Paraná, e chegou-se a conclusão de que não procediam as questões
393 levantadas pelo CFP. A proposta do GT é que se faça um instrumento
394 mais flexível para a política de orientação e fiscalização e que se



395 contemple também o Termo de Ajustamento de Conduta, que já tem sido
396 utilizado em São Paulo, mas que seria instituído para todo Sistema
397 Conselhos. Cita que a nova Resolução também abre a possibilidade fazer
398 fiscalização em sites pela Internet e utilizar ferramentas eletrônicas. Cita
399 que este Regional já está implantando a utilização de *tablets* para o
400 preenchimento dos formulários nas fiscalizações, que atualmente são
401 feitos em papel. Como subsídio para o ponto, foram encaminhadas os
402 pareceres do CFP e as discussões deste CRP e do Paraná. Defesa da
403 delegação: Defenda que se continue o projeto de atualização da
404 Resolução, conforme definido anteriormente. 3.6.2) CREPOP Política
405 Indutora - Fábio Silvestre comenta que a discussão acerca do CREPOP
406 se trata de uma questão predominantemente política, pois o CREPOP é
407 uma marca importante do grupo político 'Movimento Para Cuidar da
408 Profissão' e, nesses últimos três anos, ficou praticamente inativo pelo
409 CFP. Portanto, o GT não caminhou com suas ações. Desse modo,
410 entende que o GT deve ser mantido e que a defesa é de que as ações
411 sejam tocadas, assegurando os princípios que criaram o CREPOP e a
412 metodologia das pesquisas. Sobre a política indutora, foi recebido um
413 parecer e há coisas que precisam ser incorporadas mas, por outro lado, é
414 necessário realizar uma gestão junto ao Federal de repensar o grupo que
415 foi contratado e que teve um aditamento no contrato por mais 6 meses, e
416 que, de alguma forma, tem barrado os trabalhos do CREPOP. Seu
417 indicativo é que a delegação do CRP SP na APAF defenda a reativação
418 do GT para dar andamento às coisas que estão paradas e de que seja
419 feita uma revisão desse contrato. Edson Dias, assessor técnico do
420 CREPOP, relata o que ocorreu com o CFP em relação ao CREPOP. O
421 grupo que deveria ser uma rede de suporte técnico, trabalhava criando
422 subsídios para sustentar o posicionamento do CFP e, dessa forma,
423 muitas vezes, ficava contra a rede do CREPOP. Isso gerou incômodo e
424 fez com que a rede percebesse que não haveria necessidade para a
425 renovação do contrato. Havia a clareza de que a rede do CREPOP não
426 estava satisfeita com esse grupo. Assim, a ideia seria de ter um novo
427 grupo, através da abertura de licitação. Aristeu Bertelli da Silva
428 acrescentou, com relação à política indutora do Crepop, que se está em
429 vias de aprovação de uma PEC que prevê um contingenciamento de
430 verba de investimento público. O CREPOP nasce na perspectiva de criar



431 referenciais técnicos que devem ser aprovados junto à categoria que atua
432 nas políticas públicas. Discutir CREPOP significa uma atuação política
433 diante da eminência da precarização de políticas públicas, diante do
434 processo de retirada de direitos das populações. Corre-se o risco de
435 retroceder no tocante à quem terá acesso às políticas públicas. Assim,
436 espera também que o CFP retome esse tema como pauta. 3.6.3)
437 *Evidenciar a Resolução Nº 018/2002 (Normas de Atuação para os*
438 *Psicólogos em Relação a Preconceito e Discriminação Racial* – Como a
439 conselheira Ivani Francisco de Oliveira não pôde estar presente à
440 plenária, compartilhou o material referente ao ponto com a gestora Flávia
441 Roberta Eugênio. A gestora informa que Ivani encaminhou o relatório final
442 Subnúcleo Relações Raciais da última gestão deste CRP para a Diretoria.
443 No geral, é exposto que houve grande dedicação desse grupo com essa
444 pauta. Enfatizou também a participação em conjunto com os movimentos
445 sociais, a participação em marchas, a produção de materiais, e a
446 Campanha de divulgação da Resolução CFP nº 018/02, que contou com
447 a produção de camisetas, adesivos, e outros materiais de divulgação.
448 Indicou também a importância de que a atual gestão retome o trabalho
449 realizado, pois é necessário avançar em alguns pontos, sendo que
450 apontou-se como urgente pelo grupo da gestão passada permanecer com
451 a discussão do racismo institucional e pensar na atuação das/os
452 psicólogas/os da área clínica diante do racismo. Pontos esses
453 importantes e que devem ser retomados nessa gestão. Enfatizou também
454 a importância de continuar na produção dos materiais, na divulgação,
455 porque isso deu um bom retorno. Camila Teodoro Godinho explica que a
456 conselheira Ivani Francisco de Oliveira trouxe uma prestação de contas
457 acrescentou que Ivani trouxe o ponto como uma forma de prestação de
458 contas do que foi feito neste Regional nas gestões passadas como uma
459 forma de subsídio que podemos levar de contribuição do CRP 06 para a
460 APAF e para o GT nacional. Aristeu Bertelli da Silva recordou que grande
461 parte desse movimento foi iniciado pelo esforço e empenho de Jonathas
462 Salathiel da Silva e, por isso, entende que ser feita uma justa
463 homenagem, nomeando regionalmente, a Resolução CFP nº 018/02, de
464 Resolução Jonathas Salathiel. Justifica que se trata de um conselheiro da
465 gestão 2013-2016 deste CRP SP que fez questão de defender este tema
466 e trazer o racismo para o centro, deixando claro que não é um tema que



467 deve estar no gueto somente, deve ser uma pauta cidadã de todo e
468 qualquer profissional. Do ponto de vista interno, foram feitas várias
469 oficinas a partir do CRP SP. Vale a pena pontuar que essa atividade deve
470 se tornar prática, discutindo essa questão nos processos seletivos.
471 **Encaminhamento:** O plenário concorda que a Resolução CFP nº 018/02
472 seja chamada de Resolução Jonathas Salathiel. 3.6.4) Assuntos
473 Financeiros – Vinicius Cesca de Lima informa que o GT é formado pelo
474 CFP e pelos CRs 05, 06, 09, 10, 19 e 23, mas foi um grupo não trabalhou
475 no último ano. Indica que há duas pautas pendentes: Resolução do
476 Manual Administrativo e Financeiro e Fundo de Ajuda aos CRPs. 3.6.5)
477 Laicidade e Psicologia – Guilherme Rodrigues Raggi conta que este GT
478 congrega existe desde 2014. Já foram realizadas diversas discussões,
479 porém, apenas além publicaram uma pequena nota. Ressalta que o
480 trabalho do GT não avançou. Pontua que em SP houve um trabalho
481 bastante intenso, que originou a produção do conjunto de cadernos
482 Coleção Psicologia, Laicidade e as Relações com a Religião e a
483 Espiritualidade. Entende que o trabalho do GT deve ser retomado
484 considerando, inclusive, toda produção deste CRP SP, porém, pondera
485 que é preciso avaliar como os outros CRs reagirão. 3.6.6) Elaboração de
486 Projeto de Apoio Financeiro a Publicações de CRP's – Vinicius Cesca de
487 Lima informa que a proposta é de criar lógica de apoio financeiro a
488 publicações de CRPs. O GT é formado pelo CFP e pelos CRPs 03, 06,
489 07, 14 e 20. Foi criado na APAF de maio de 2016 e ainda não avançou
490 nos trabalhos. 3.6.7) Unificado: PL Osmar Terra e Internação Forçada se
491 Usuários se Álcool e Outras Drogas – Ed Otsuka comenta que esse
492 Projeto de Lei altera a Lei 11.343/06 que dispõe sobre funcionamento do
493 Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad. É um PL
494 que traz uma série de retrocessos, pois possui lógica repressora, e dá
495 espaço para as Comunidades Terapêuticas, contrariando a Lei 10.216/01,
496 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de
497 transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.
498 Comenta que foi um GT que unificou as discussões sobre o PL do Osmar
499 Terra e a demanda de internação forçada de usuários de álcool e outras
500 drogas. Essas pautas trazem 3 (três) diretrizes de ação no campo das
501 drogas, sendo uma delas internação obrigatória, como forma de
502 tratamento. Diz que o texto todo traz a classificação das drogas e das



503 formas de repreendê-las, e trabalhando com a lógica de que o usuário
504 infringe danos à sociedade e, dessa forma, lhes cabem punições. Informa
505 que fez um texto subsídio para a delegação, que encaminhará para que
506 esteja disponível para a delegação. Se houver alteração a lei original
507 passaria a ter uma lógica de repressão, abstinência e exclusão. Aristeu
508 Bertelli da Silva comenta que é um problema legal da forma rasa como a
509 Justiça trata a questão, colocando a pessoa em posição de ser
510 condenada e durante a audiência ter que escolher entre o encarcerado ou
511 realizar o “tratamento”. Ed Otsuka completa que esse PL institui práticas
512 manicomialis e, assim, não pode ser aprovado. Deve-se ter atenção
513 especial à questão de álcool e outras drogas, assim como para as suas
514 consequências, como a destituição do poder familiar e a questão da
515 alienação parental. Comenta ainda que há um movimento no Ministério da
516 Saúde para o repasse de verbas para as CTs. 3.6.8) Psicologia e Esporte
517 – Camila Teodoro Godinho informa que o GT formado no início da gestão
518 anterior, sendo a região sudeste representada pelo CRP 05. Foram
519 realizadas algumas reuniões e poucas ações. A maior ação do GT foi
520 pesquisa sobre perfil do psicólogo do esporte, que foi desalinhada a
521 metodologia do CRP, conforme as pesquisas do CREPOP. Comenta
522 ainda que a pesquisa permanece parada no CREPOP, ainda sem dados.
523 Sabe-se que ela foi iniciada no site do CFP, pela consulta pública, mas
524 não há mais notícias a respeito de sua conclusão. Houve a participação
525 de psicólogas/os do esporte nas paraolimpíadas e, havia uma pessoa que
526 participava das reuniões da COB - Comitê Olímpico Brasileiro para
527 orientar sobre as questões éticas. Pontua que o grupo que não tem ações
528 políticas, conforme foi trazido à Plenária da última gestão, realizada em
529 05 de dezembro de 2015. Outras ações foram realizadas por meio de
530 orientação a categoria sobre questões da psicologia do esporte,
531 publicizada por meio de rede social, sem enfoque político ou transversal
532 de direitos humanos. 3.6.9) Demandas do Judiciário e Ministério Público
533 aos Psicólogos que Atuam nas Políticas de Saúde e Assistência Social –
534 Vinícius Cesca de Lima informa que o GT foi criado em dezembro de
535 2014 e é composto pelo CFP, CRP 04 (Minas Gerais), CRP 07 (Rio
536 Grande do Sul), 09 (Goiás), CRP 11 (Ceará) e CRP 23 (Tocantins). A
537 tarefa desse GT é discursar sobre o processo de judicialização em
538 relação à política de saúde e de assistência social e como o Sistema de



539 Justiça pressiona as/os profissionais psicólogas/os que atuam nesses
540 espaços. O GT conduziu o aferimento de um diagnóstico sobre essa
541 realidade no país, através de um questionário relativamente estruturado
542 que foi utilizado ao longo de 2015 e que envolveu todos os Regionais,
543 através da resposta a pesquisa. O material encaminhado como subsídio
544 indica que na última APAF o diagnóstico estava em forma de minuta que
545 deveria ser apreciada e encaminhada e que o GT apenas finalizaria. O
546 documento foi finalizando em julho deste ano e o plenário do CFP
547 aprovou no final do mês de novembro. Em breve esse documento será
548 publicado, portanto, a APAF deverá apenas fazer esse informe. O título
549 desse documento possivelmente será: “Nota técnica sobre demanda do
550 sistema de justiça para gestores e profissionais de psicologia
551 especialmente no sistema único de saúde e no sistema único de
552 assistência social”. 3.6.10) Atuação da Psicologia no Contexto de
553 Medidas Socioeducativas – Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo
554 Guarnieri comenta que o que o GT foi construído na APAF de setembro
555 de 2015, composto pelo CFP e CRPs 01, 08, 10, 16 e 17 e até o
556 momento esse grupo realizou três reuniões presenciais propondo os
557 seguintes encaminhamentos: formular um documento orientador que
558 contenha relação das leituras multifuncionais, estabeleceram calendário
559 de reuniões que foi cumprido e os documentos que estão sendo
560 construídos, mas que não foram divulgados. Indica que os profissionais
561 desse campo estão se fortalecendo, portanto, deve ser dada continuidade
562 aos trabalhos do GT e sugere que as reuniões possam ser por internet,
563 ao invés de telefone, pensando, inclusive na economicidade. Aristeu
564 Bertelli da Silva comenta que é um problema ter materiais que não foram
565 encaminhados. Assim, solicita que a conselheira Maria Mercedes
566 Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri verifique com os integrantes do
567 plenário da gestão passada materiais nesse sentido, assim como
568 materiais da Campanha do ECA, para que a delegação tenha mais
569 subsídios. A conselheira Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo
570 Guarnieri comenta que se pode também indicar PLs sobre o aumento do
571 tempo de internação para que sejam acompanhados pelo GT. Evelyn
572 Sayeg comenta que pode já ser preparado um posicionamento sobre a
573 questão do aumento de internação e tramitação dos PLs, para que seja
574 possível lança-los rapidamente no momento oportuno nos meios de



575 comunicação do CRP SP. Ou seja, antecipar-se a pauta, para que haja
576 possibilidade de ter ações rápidas no momento quando o assunto vier à
577 tona, que pode ser, por exemplo, a realização de um evento. Indica-se
578 que os PLS sobre aumento de tempo de internação devem ser
579 acompanhados pela CPL, verificando se há alguma data provável para
580 que entrem na pauta legislativa para subsidiar a possível organização das
581 atividades. 3.6.11) Minuta de Resolução sobre Escuta Psicológica de
582 Crianças e Adolescentes – Regiane Aparecida Piva, sobre a questão da
583 escuta, comenta que organizou um texto para delegação com resumo dos
584 materiais que produzidos. Sugere que seja feita articulação na Frente dos
585 Conselhos em relação a isto, pois há pontos que possuem subsídios, mas
586 que não foram encaminhados, para que as pessoas possam se apropriar
587 antes da APAF. Ressalta que é um tema bastante polêmico e atualmente
588 existem alguns posicionamentos fortes: os que defendem a escuta,
589 aqueles que defendem que se faça mediação do processo, para que se
590 possa minimamente qualificá-lo. Portanto, o enfrentamento está difícil,
591 pois as pessoas entendem como algo que não adianta mais ser contrário.
592 O grupo que o CRP tem defendido até então traz reflexões sobre as
593 questões éticas envolvidas na escuta nos Tribunais de Justiça. A respeito
594 do GT, havia uma proposta de Resolução e o CRP SP discutiu em
595 plenária que não seria a redação mais adequada e propôs uma
596 substitutiva, mais amena, assim como foi feito em relação à Resolução do
597 Sistema Prisional. Com a categoria, o CRP tem utilizado o embasamento
598 dado pelo Código de Ética e a Nota Técnica. Na APAF, não houve
599 consenso em relação à aprovação da Resolução e se formou um novo GT
600 para consensuar a posição. CRP SP não compôs esse grupo, sendo que
601 o CRP ES representa os regionais da região Sudeste. Já foi realizada
602 reunião desse GT que tirou posicionamento de que não aprovaria a
603 proposta de nova Resolução, mas sim de encaminhamentos no Sistema
604 Conselhos em relação à escuta. Indica que o material será compartilhado
605 com as delegações durante a APAF. A coordenadora técnica de COE,
606 Luciana Mantovani, comenta que há um problema para além da
607 Resolução, que é um Projeto de Lei sobre o processo penal que está em
608 processo avançado de tramitação e consta como procedimento a atuação
609 do psicólogo como inquisitor judicial. Se este projeto for aprovado da
610 forma como está, não adianta aprovar uma nova Resolução, pois essa



611 estará em contrariedade com o Código de Processo Civil. Assim, deve-se
612 combater o artigo do Código de Processo Civil que versa sobre a escuta.
613 Informa-se, ainda, que o CRESS tem posicionamento de incorrer em falta
614 ética profissional do serviço social aos profissionais da área que
615 realizarem a escuta especial. 3.6.12) Atuação da Psicologia no Âmbito do
616 Sistema Prisional – Regiane Aparecida Piva comenta que este ponto não
617 veio acompanhado de materiais de subsídio que possibilitassem maior
618 entendimento sobre o que estará em discussão. Dessa forma, buscou
619 informações a respeito e o que está pautado atualmente pelo GT é um
620 projeto alternativo e terceirizado em relação ao Sistema Prisional, que
621 vem sendo chamado de humanização, mas que possui viés religioso.
622 Sendo que o argumento é de que a pessoa presa custará muito menos
623 para o Estado desta forma. Luciana Mantovani sugere que seja solicitado
624 subsídio para a assistente técnica que subsidiava o Núcleo de Justiça na
625 última gestão. 3.6.13) CREPOP – Acompanhar Pesquisas em Andamento
626 = A discussão foi realizada durante o debate sobre o ponto CREPOP
627 Política Indutora. 3.6.14) Estudo e Elaboração de uma Proposta de
628 Implantação de Nova CIP de Psicólogo – Clarice Pimentel Paulon informa
629 que pelo histórico que recebeu, desde 2015, se começou a propor uma
630 nova Carteira de Identidade Profissional, pois a atual é facilmente
631 falsificável. A proposta de alteração da CIP foi pautada na APAF de maio
632 de 2015. Foi composto um GT nessa APAF, mas não houve avanço nos
633 trabalhos porque a pessoa que era responsável foi afastada por motivo de
634 doença e o assunto ficou parado. Aristeu Bertelli da Silva relata que a CIP
635 utilizada atualmente é muito frágil e simples. Chamou atenção com
636 relação à elaboração de documentos oficiais que exigem uma série de
637 critérios, que traz controle maior em termos de segurança, como Carteiras
638 de Identidade e de Habilitação. A carteira utilizada no Sistema Conselhos
639 ainda é um documento muito frágil. Comenta que ainda são plastificadas
640 as CIPs e que deve ser considerado que é um documento que pode ser
641 apresentado como RG, o que é complicado. Relata ainda que alguns
642 locais não aceitam a CIP como carteira de identidade, pois não há como
643 averiguar sua veracidade. Como exemplo, cita que a fotografia ainda é
644 colada no documento e não digitalizada, além de diversos outros critérios
645 que a CIP não atende. Por isso, se iniciou uma discussão para a
646 mudança. Pode-se ter como referência a carteira utilizada pela Ordem



647 dos Advogados do Brasil, onde você há a emissão de uma carteira de
648 identidade muito mais criteriosa e segura. Essa era a perspectiva da
649 discussão. Relata ainda que se trata de algo que exige uma normativa
650 nacional e, por isso, o assunto é pauta na APAF. Lembra que embora
651 possa parecer uma questão menor, ocorreu situação semelhante em
652 relação às Carteiras de Fiscalização que eram utilizadas por este CRP
653 SP, pois era um documento extremamente frágil, que nem foto possuía e
654 que pelo empenho do XIV Plenário e da COF, foi atualizada e aprimorada.

655 3.6.15) Revisão da Resolução CFP nº 001/1999 “Estabelece Normas de
656 Atuação para os Psicólogos em Relação à Questão de Orientação
657 Sexual” – Informa-se que se trata de um GT criado na APAF de maio
658 2016, que é composto pelos CRPs 02 (Pernambuco), 03 (Bahia), 05 (Rio
659 de Janeiro), 06 (São Paulo), 07 (Rio Grande do Sul), 10 (Pará e Amapá),
660 12 (Santa Catarina), 17 (Rio Grande do Norte) e CFP, porém ainda não
661 iniciou suas atividades. Destaca-se que há nas deliberações tanto do
662 COREP como do CNP a necessidade de atualização da Resolução CFP
663 nº 01/99. Dessa forma, é necessário que a defesa da delegação do CRP
664 SP seja de que esse grupo seja efetivado, com a tarefa de subsidiar a
665 revisão da Resolução. Aristeu Bertelli da Silva comente que aqueles que
666 acompanharam a última APAF puderam ver que a Resolução necessita
667 de revisão. Houve um longo processo de elaboração, seguido de grandes
668 discussões com uma série de atividades. Pelo que se recorda, foram
669 realizadas audiências públicas e seminários para tratar da questão. Na
670 APAF, quando se discutiu o assunto, esperava-se que este processo
671 tivesse uma discussão ampla, que pudesse contemplar diversos aspectos
672 e que pudesse unir profissionais e pessoas de movimentos e coletivos.
673 Ressalta que muitas vezes os subsídios dos pontos não são
674 encaminhados para os regionais previamente. 3.6.16) Revisão da
675 Resolução CFP nº 007/2003 (Institui o Manual de Elaboração de
676 Documentos Escritos, Produzidos pelo Psicólogo Decorrente de Avaliação
677 Psicológica) – A coordenadora técnica de COE Luciana Mantovani
678 informa que esse ponto de pauta tem relação com duas deliberações de
679 CNPs que solicitam a Resolução CFP nº 007/2003, o que motivou essa
680 pauta em APAF. Atualmente, as/os psicólogas/os elaboram documentos
681 junto a outros profissionais, como por exemplo, o relatório psicossocial
682 que a/o psicóloga/o faz junto com um assistente social. Era algo que



683 estava gerando muita dúvida se caberia a/ao psicóloga/o fazer esse tipo
684 de documento. Esse foi um dos motivos para pedir para atualizar a
685 Resolução. O outro motivo foi porque a Resolução versava sobre um
686 manual para elaboração de documentos decorrentes da avaliação
687 psicológica. Por exemplo, um documento resultante de psicoterapia já não
688 poderia ser contemplado porque a Resolução é restrita para documentos
689 resultantes de avaliação psicológica. Assim, a categoria entendeu a
690 necessidade de uma Resolução mais ampla, abarcando outras
691 possibilidades de atuação da/o psicóloga/o além da avaliação psicológica.
692 Também há uma contradição na Resolução, que causa uma indisposição
693 com o pessoal da Justiça onde há a diferença básica entre o laudo e o
694 parecer, sendo o laudo algo mais genérico e o parecer mais pontual, a/o
695 psicóloga/o que trabalha no Tribunal de Justiça produz o laudo que é
696 como é chamado no Código de Processo Civil, mas ele tem as
697 características de parecer, segundo a resolução. Cita-se como exemplo
698 uma/um psicóloga/o que vai opinar sobre quem possui mais condições
699 para ter a guarda de uma criança, se a mãe ou o pai. Para o Conselho é
700 algo pontual, portanto, parecer; mas para o Sistema de Justiça o
701 documento é um laudo. Por isso, entendeu-se que era necessário se
702 trabalhar melhor essa contradição na Resolução. Durante a gestão do XIV
703 Plenário (2013-2016), foi criado um GT em São Paulo coordenado pela
704 então conselheira Alacir Villa Valle Cruces. Os demais membros eram
705 Maria Cristina Barros Maciel Pellini, colaboradora de COE e COF, Rita de
706 Cássia Oliveira Assunção, da região de Campinas e que trabalha na área
707 da Assistência Social. O grupo contava ainda com o apoio de três
708 Assistentes técnicas, Luciana Mantovani, da COE, Gisleine Rede, da COF
709 e a Caroline Benigno, da Subsede do Grande ABC. Ressalta que este
710 tema é o causador da maior parte de processos éticos e de orientações
711 do CRP SP. Assim, compreendendo a relevância desse tema, o CRP SP
712 passou a compor o GT Nacional. Uma proposta de texto foi encaminhada
713 para algumas entidades e profissionais ligados à área e algum desses
714 deram retorno quanto ao texto proposto de Resolução. Outra atividade foi
715 a realização de um evento preparatório que contava com a participação
716 de pessoas de referência do campo. Também foi realizado um evento
717 preparatório que contava com a participação de algumas pessoas de
718 referência no campo. A conselheira Alacir Villa Valle Cruces representou



719 o CRP SP no GT Nacional. Porém, conta que o GT Nacional teve seu
720 trabalho prejudicado, pois era coordenado por uma pessoa que não
721 chegou a ler as propostas apresentadas, segundo informações trazidas
722 pela então conselheira Alacir Villa Valle Cruces, apenas polemizava sobre
723 a pauta, mas não eram trazidas propostas. Assim, a estratégia foi
724 defender que o assunto deveria ser melhor discutido nos Regionais,
725 inclusive com a realização de eventos e atividades pra que houvesse um
726 maior diálogo com a base. Comenta que até para que fosse feita reunião
727 era necessário provocar. Na ocasião, o XIV Plenário defendeu que o
728 Sistema Conselhos ampliasse a discussão, para deliberar oportunamente
729 sobre a Resolução. 3.6.17) Revisão da Resolução CFP nº 35-15 (Institui a
730 Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social - CONPAS) no
731 Âmbito do Conselho Federal de Psicologia – Vinicius Cesca de Lima
732 comenta que um dos encaminhamentos acerca da Resolução que institui
733 o Conpas foi a criação de um GT Nacional para rever essa Resolução. No
734 entanto, esse GT sequer chegou a ser composto. Assim, não há nada que
735 possa ser dito acerca do GT. Porém, entende importante apresentar o
736 contexto: a atual gestão do CFP (2013-2016) criou e lançou no Congresso
737 Brasileiro a CONPAS - Comissão Nacional de Psicologia na Assistência
738 Social, que foi construída de forma unilateral, por iniciativa exclusiva do
739 plenário do CFP, que também é quem decide sua composição e seu
740 modo de funcionamento. Ao longo de 2015, o CRP SP participou das
741 reuniões dessa comissão na perspectiva de apontar a preocupação em
742 seu funcionamento, defendendo que ela não poderia ser chamada de
743 Comissão Nacional porque ela não tinha um caráter nacional e não havia
744 sido construída nacionalmente. A defesa é de que o que garantiria que
745 tivesse um caráter nacional seria uma Comissão do Sistema Conselhos,
746 criado e discutido em APAF. Foi feito um questionamento em APAF nesse
747 sentido e provocou um entendimento nos outros CRPs de que se o CFP
748 quisesse criar uma CONPAS apenas do Federal, teria essa autonomia,
749 mas essa Comissão não poderia ser caracterizada como Comissão
750 Nacional. O CFP estabeleceu o Regimento de funcionamento dessa
751 Comissão e a aprovou pela Resolução nº 35/2015, estabelecendo-a como
752 Comissão Nacional. Houve, então, o tensionamento durante a APAF de
753 maio de 2016, onde foi pontuado que ela não havia sido discutida
754 anteriormente na APAF. Portanto, indicou-se a criação desse GT, que



755 teria como tarefa rever a Resolução que estabelece o funcionamento da
756 Comissão. No entanto, o GT não foi efetivamente criado. O CFP fez a
757 tentativa de rever a Resolução no âmbito da própria Comissão,
758 convocando os Regionais para contribuírem com essa revisão,
759 novamente sem passar pela APAF e ignorando que a deliberação da
760 APAF tinha sido a criação de um Grupo de Trabalho. Houve reunião entre
761 os Regionais da região sudeste, que produziram as suas considerações
762 em relação à revisão do modo de funcionamento da Comissão. Esses
763 CRs escolheram o CRP 05, Rio de Janeiro, para compor o GT
764 representando a região. Portanto, há então um documento com o
765 consenso dos Regionais da região Sudeste sobre o funcionamento da
766 Comissão. Esse documento indica, entre outras coisas, que a Comissão
767 de fato tenha caráter nacional de participação horizontal entre os
768 Conselhos Regionais e há defesa de que o CRP 05 deve compor este GT
769 pela região sudeste. **3.7) Psicologia na Relação com a Justiça - 3.7.1 -**
770 **Atendimento Trans Vítimas de Violência Doméstica** - Bruna Lavinias
771 Jardim Falleiros informa que realizou conversa com o conselheiro Rodrigo
772 Toledo a respeito desse ponto devido ao encaminhamento do CRP
773 Espírito Santo que, no seu entendimento, pareceu mais ser a narrativa de
774 uma mobilização feita de atendimento às pessoas trans vítimas de
775 violência, contando que fizeram articulações com o Poder Público, com o
776 movimento social e conseguiram se aproximar de Maria Berenice Dias, da
777 Comissão de Diversidade Sexual da OAB Nacional. Essa Comissão
778 produziu um parecer entendendo que através disso muitas coisas já
779 caminharam em relação ao atendimento a mulheres trans vítimas de
780 violências. Pontua que essa pauta está pendente desde 2014. Assim, não
781 compreendeu-se a motivação da pauta, mas uma das possibilidades que
782 pode abrir é de incluir na nota sobre mulheres vítimas de violência um
783 adendo sobre o atendimento a mulheres trans vítimas de violência. Outra
784 questão é realizar uma discussão mais profunda sobre a questão da
785 quebra de sigilo, reavaliando a orientação. Se possível, criar um grupo
786 para discutir essa questão. **3.8) Os Conselhos de Psicologia e a**
787 **Democratização da Comunicação no Brasil** - Evelyn Sayeg conta que o
788 ponto foi solicitado pelo CRP 12 (Santa Catarina), mas que ficou pouco
789 claro qual o objeto de discussão a ser debatido. Porém, entende
790 importante destacar a discussão no Sistema Conselhos sobre a



791 contribuição para a construção de uma política pública de comunicação
792 social democratizada. Ressalta que as grandes mídias influenciam na
793 produção de subjetividade tanto individual como das comunidades. Outra
794 questão é o incômodo com relação ao descaso do poder público em
795 relação à Conferência Nacional de Comunicação – CONFECON e
796 colocam em discussão no ponto da pauta da APAF quatro pontos: a) o
797 próximo debate da categoria de profissionais da psicologia sobre
798 processo de comunicação; b) a participação na coleta de assinaturas
799 defendendo uma lei da mídia democrática; c) o fortalecimento do FNDC
800 como principal parceira do debate social sobre democratização da
801 comunicação; e, d) o incentivo ao surgimento de uma experiência
802 completa de informações sobre o controle da sociedade. O CRP 12 traz a
803 preocupação acerca do histórico dessa discussão dentro do Sistema
804 Conselhos e este assunto foi pautado no início de 2014, mas nunca foi
805 debatido. Em sua opinião, esse tema ainda não foi debatido porque de
806 fato, tem muito pouco a contribuir nessa perspectiva de política pública.
807 Onde o Sistema pode contribuir é com de referenciais técnicos para
808 atuação da psicologia nesse sentido, portanto, o melhor meio seria dar
809 continuidade à discussão de comunicação social e democratização da
810 mídia. Vinicius Cesca de Lima pondera que o Sistema Conselhos perdeu
811 esse debate, sendo que teve protagonismo forte entre os anos de 2007 e
812 2010, quando foi feito o Seminário Nacional sobre o tema. O Sistema
813 Conselhos teve uma participação fundamental na organização do Fórum
814 Nacional e na convocação da Conferência Nacional. Foi um protagonismo
815 muito significativo neste campo da democratização da comunicação.
816 Porém, com o tempo, esse protagonismo se perdeu, até porque o próprio
817 processo da Conferência que produz as diretrizes desse processo é muito
818 bom, mas que não foi implementado porque não há vontade política em
819 nenhuma esfera para fazer essa pauta avançar. Lembra-se que houve
820 um tempo em que as entidades da Psicologia eram reconhecidas como
821 uma das principais protagonistas desse debate no país. Porém, trata-se
822 de algo que se perdeu com o tempo. A provocação interna que pode ser
823 feita a esse CRP é que já tinha o indicativo da necessidade de discussão
824 dessa pauta, porém não avançou e que propomos manter nesta gestão,
825 pelo Núcleo de Psicologia e Mídia. Ressalta-se, porém, foi o único Núcleo
826 para o qual não houve indicação de pessoas para o comporem. Indica-se



827 ainda que muito pouco vem sendo feito dentro do Sistema Conselhos a
828 respeito desse debate. Em relação, especificamente, ao ponto, é
829 necessário verificar se essa pauta seria no sentido de recuperar esse
830 histórico, uma vez que esse debate é muito forte. Houve um período de
831 muito acúmulo e, talvez, seja o momento hora de retomar o assunto.
832 Evelyn Sayeg complementa que o CRP 12 coloca que é importante
833 discutir e trabalhar essa pauta de forma articulada com outras entidades e
834 movimentos sociais que já discutem e que possuem mais informações
835 sobre o Fórum e demais desdobramentos da pauta. Entende que se trata
836 de um ponto muito importante com relação à conjuntura nacional atual.
837 Análise geral sobre os Grupos de Trabalho: Comenta-se sobre o conjunto
838 de pontos de GTs da APAF, que pelo que pôde perceber há um
839 desejo/consenso em montar GTs, no entanto, os relatos mostram que
840 esse sistema não tem funcionado. Ou seja, esses GTs não têm realizado
841 as tarefas para as quais foram criados. Assim, sugere-se a utilização de
842 uma forma mais efetiva de trabalhar as pautas, através de consensos,
843 para que as temáticas não fiquem paradas. Indica-se ainda que é possível
844 aguardar a nova composição do CFP para discutir a melhor forma.
845 Acrescenta-se que deve ser levado em consideração que a atual gestão
846 do CFP é de oposição à deste CRP e que seu modo de funcionamento
847 não era democrático. Assim, pondera-se que é possível que isso seja um
848 fator que tenha prejudicado o funcionamento dos GTs e não seja um
849 problema na próxima gestão do Federal. Outra questão pontuada é que
850 nos últimos anos houve um desprezo à APAF enquanto instância de
851 articulação e deliberação do Sistema Conselhos, tendo o CFP a
852 concepção de soberania sobre os Regionais. Foi algo muito decisivo na
853 dinâmica de funcionamento e do que foi possível produzir. Muitos GTs
854 coordenados pelo CFP nunca tiveram suas reuniões convocadas, o que
855 levou a atraso de produção desses grupos. O CRP SP fez a tentativa de
856 articular com os demais Regionais para que chamassem as reuniões,
857 tendo em vista a inércia do CFP. Tentou-se por aqui articular para que os
858 regionais convocassem a reunião por conta da inércia do CFP. Assim, os
859 poucos GTs nacionais que conseguiram avançar foi devido à mobilização
860 de alguns regionais que participavam desse GT, como o avanço do
861 trabalho do GT sobre a Resolução CFP nº 03/2007, que só ocorreu por
862 mobilização deste CRP SP. O que se notou foi um Federal que não se



863 interessou, não cobrou e se omitiu. É importante considerar que era um
864 CFP que pouco acreditava na perspectiva de uma construção
865 democrática. Por outro lado, é importante considerar que o CFP não faz o
866 trabalho sozinho, existe também uma série de colegas dos Regionais que
867 se inscreveram para participar desses GTs e que ou não convocaram as
868 reuniões ou não sabiam como funcionava o trabalho desses grupos.
869 Indica-se que os GTs costumam trabalhar de forma eventual, se reunindo
870 presencialmente ou por via remota, que costuma ser a forma mais
871 utilizada. **3.9) Encaminhamentos do VIII Congresso Nacional de**
872 **Psicologia** – Vinicius Cesca de Lima informa eu este ponto foi solicitado
873 pelo CRP-12 que fez análise sobre conjunto de deliberações que vinham
874 sendo descumpridas pelo CFP e, por isso, solicitou o ponto de pauta na
875 APAF. Tratava-se da tentativa de tensionar a gestão do CFP na direção
876 do cumprimento das deliberações do VIII CNP, que antecedeu a eleição
877 deles. As deliberações seguiram sem serem cumpridas e a leitura que
878 pode ser feita previamente é de que se trata neste momento de uma
879 pauta caduca, considerando que já foi realizado o IX CNP e que em breve
880 entrará uma nova gestão no CFP. Assim, o que ponto fica como marca de
881 uma gestão do CFP que ignorou as deliberações de Congresso desde o
882 começo até o fim da sua gestão. **3.10) Regulamentação da Capacidade**
883 **Produtiva do Profissional de Psicologia** – Clarice Pimentel Paulon
884 comenta que o CRP 16 (Espírito Santo) pautou este ponto solicitando a
885 sistematização de ações concretas do Sistema Conselhos frente às
886 exigências de planos de saúde e serviços que determinam um período
887 curto para realização de atendimentos psicológicos. Pelo material de
888 subsídio, eles se baseiam na Portaria de nº 1101/2002, que prevê a
889 realização de três consultas psicológicas por hora. No entanto, essa
890 Portaria já foi derrubada e o assunto já foi discutido durante a gestão
891 passada em algumas plenárias. O CRP 16 solicita que sejam realizadas
892 ações concretas do Sistema Conselhos em relação a essa questão
893 específica das sessões curtas. Este Regional entende que se trata de
894 uma regulamentação normativa em relação à categoria e propôs em
895 APAFs anteriores que esse assunto fosse ampliado para uma discussão
896 sobre a capacidade produtiva, de maneira geral, do psicólogo no Sistema
897 de Saúde. No sentido de que se tenha certa autonomia de como ele vai
898 trabalhar, a quantidade de pessoas atendidas em determinado espaço de



899 tempo deverá estar de acordo com as propostas teórico-metodológicas do
900 profissional, e não de acordo com nenhuma portaria específica. Essa é a
901 discussão, mas é importante que se tenha o cuidado de não tomar um
902 viés corporativista em relação a essa questão. **3.11) Estratégias de**
903 **Fiscalização Referentes a Denúncias de Testes Divulgados na**
904 **Internet** - Clarice Pimentel Paulon relatou essa solicitação, também do
905 CRP 12, onde o ponto principal é uma discordância em relação aos
906 procedimentos que são adotados quando se encontra algum teste
907 divulgado na Internet. Há um procedimento que deve ser adotado, porém,
908 somente os Regionais são responsáveis por tais procedimentos. Uma
909 questão que impacta na questão é que muitas vezes é difícil de localizar a
910 origem desses sites, pois muito estão alocados em servidores fora do
911 país. O procedimento é que o CRP, ao observar esse tipo de situação,
912 faça uma denúncia ao Ministério da Justiça. Foi encaminhado um Ofício
913 pelo CRP comunicando as estratégias e os próximos passos a seguir até
914 que se chegue à denúncia ao Ministério da Justiça. No entanto, todos os
915 procedimentos envolvem apenas o Regional. O Federal encaminhou o
916 Ofício Circular nº 0101-14/GT-CFP informando que estava implantando
917 uma plataforma para que sejam feitas essas denúncias, porém,
918 novamente somente os Regionais são responsáveis. A compreensão é de
919 que o Federal também deveria ser responsável por atuação na denúncia
920 ao Ministério da Justiça. Portanto, a defesa deste Regional deve ser que o
921 CFP também atue, essa é a maior questão. Concorda-se com a
922 importância das estratégias, mas é necessário rever a questão de
923 responsabilizar apenas os regionais. Camila Teodoro Godinho comenta
924 que há muitas denúncias de profissionais que toda semana encontram
925 testes na internet e se trata de um assunto que se arrasta há muito
926 tempo. Já passou em diretoria na gestão passada a respeito da
927 preocupação de que o ponto passasse na APAF. Na gestão passada
928 observou-se que a maioria dos sites é de origem internacional, ou seja, o
929 Regional não tem governabilidade de realizar ações a respeito. Ressalta-
930 se também que nem sempre uma denúncia no Ministério da Justiça é
931 pertinente. Portanto, entende-se que, caso o ponto seja discutido nesta
932 APAF, seria interessante conhecer o que tem sido feito no Sistema e
933 definir conjuntamente como enfrentar o problema, assim como um
934 posicionamento à categoria. A coordenadora técnica de COE Luciana



935 Mantovani informa que muita coisa está em site fora do Brasil, só que o
936 sistema de buscas da internet utilizado, geralmente, é a *Google* e *Yahoo*.
937 Indica que há sistemas de inibição de que esses sites não apareçam
938 como resultado da busca e digitam alguma coisa que levam a esses sites
939 no exterior. Portanto, pode-se tentar um acordo nesse sentido entre o
940 CFP a Google Brasil e Yahoo, que diminuiria o acesso a esses sites, a
941 menos que se tivesse o *link* para acesso direto aos sites. Explica-se que
942 para bloquear pesquisas é necessário utilizar palavras-chaves, o que
943 seria muito complicado, neste caso. Ainda, a *Google* não costuma dar
944 retorno a esse tipo de solicitação, portanto, seria uma luta perdida.
945 Chegou-se a cogitar utilizar a estratégia de instigar as editoras para que
946 elas fizessem o contato, pois problemas relacionados a direito autoral
947 costumam ser respondidos. Resume-se que como encaminhamento fica a
948 ciência da dificuldade do tema, mas que, como também envolve questões
949 de sites que estão hospedados fora do país, seria conveniente que fosse
950 responsabilidade também do Conselho Federal de Psicologia e não mais
951 exclusivamente pelos CRs. **3.12) Revista Diálogos (Revistas Sistema**
952 **Conselhos)** - Clarice Pimentel Paulon comenta que a Revista Diálogos é
953 uma publicação que procura debater a prática da Psicologia num viés
954 menos acadêmico, mas que foi retirada na última gestão do CFP, quando
955 não foi publicada nenhuma vez. Foi deliberado na APAF de 2015 que
956 fosse formada Comissão para cuidar da Revista, mas essa nunca foi
957 composta. O ponto foi solicitado por este CRP para que a Comissão
958 Editorial seja efetivada. Aristeu Bertelli da Silva acrescenta que vale a
959 pena considerar que além da existência desse espaço, essa Revista era
960 aberta ao diálogo de forma mais próxima à categoria e à sociedade. É
961 uma questão que também envolve questão financeira, que é a verba
962 destinada à “Conta Divulgação”, que deveria ter sido investida e que pode
963 ter sido realocada pelo CFP para outra finalidade que os Regionais não
964 têm conhecimento. **3.13) Comunidades Terapêuticas na Contramão do**
965 **Direito e da Ética Profissional** - Ed Otsuka indica que as Comunidades
966 Terapêuticas já foram citadas algumas vezes nesta plenária. O tema vem
967 com uma demanda do CRP 12 (Santa Catarina) e traz duas questões: as
968 Comunidades Terapêuticas contestando a laicidade e reforçando o
969 tratamento de forma asilar e a questão da atuação do psicólogo nessas
970 entidades privadas. Nos subsídios encaminhados, há diversas questões



971 que são abordadas. Pontua que as CTs são instituições que existem desde
972 a década de 70, que preconizam a interrupção imediata do uso da
973 substância psicoativa, ou seja, a abstinência conforme preza o modelo
974 americano. Nessas instituições, não há recursos de emergência, de
975 urgência e de recursos humanos para tratar um caso de crise. Ressalta
976 que as CTs se inserem no contexto atual de ataque ao Sistema Único de
977 Saúde (SUS), à reforma psiquiátrica e à luta antimanicomial, pois são
978 retirados recursos do sistema público para financiar entidades privadas.
979 Frisa que as Comunidades Terapêuticas já constam na lei da Rede de
980 Atenção de Psicossocial (RAPS), de 2011. Foi uma discussão bastante
981 complexa pois a ideia de regulamentar as CTs foi para que se tivesse um
982 maior controle delas, mas o que ocorreu foi a legitimação da existência
983 dessas entidades, o que abriu a possibilidade que elas fizessem parte da
984 RAPS. A regulação pela Anvisa acarretou uma nova portaria que
985 abrandou as exigências para inscrição dessas instituições, que não
986 precisam ter equipe mínima, e há previsão de entidades para atividade de
987 desenvolvimento interior, ou seja, abre campo para entidades de cunho
988 religioso. Essas práticas religiosas, defendidas como práticas
989 terapêuticas, trazem muitas vezes laborterapia com casos de prática de
990 tortura, a lógica do tratamento “de exclusão”, na ótica do protecionismo,
991 da repressão, da punição. Em geral, considera-se que a questão do uso
992 de álcool e outras drogas está ligada a uma falha de caráter, portanto,
993 esse tipo de tratamento levaria a uma “cura”. Informa que passará para a
994 delegação do CRP SP na APAF o texto que construiu para subsidiar a
995 discussão. Questiona-se sobre o levantamento que o Núcleo Álcool,
996 Drogas e Medicalização, da gestão 2013-2016 fez com relação ao quanto
997 o governo do estado de São Paulo, em face do programa ‘Recomeço’,
998 tem investido nas questões das Comunidades Terapêuticas. Ed Otsuka
999 lembra ainda que segundo dados da Confenat - Confederação Nacional
1000 de Comunidades Terapêuticas, há cerca de 1850 (um mil, oitocentas e
1001 cinquenta) comunidades terapêuticas em todo o país, sendo que essas
1002 são somente as regulamentadas e inscritas e a maioria ainda funciona
1003 clandestinamente. Comenta-se sobre o relatório feito pelo Condepe -
1004 Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que pode
1005 ser recuperado para essa discussão, uma vez que traz subsídios sobre as
1006 razões pelas quais se deve ter contrariedade ao financiamento: a



1007 quantidade de dinheiro, a participação social, a justiça e a falta de
1008 atenção que os usuários têm em termos de intercorrências de saúde.
1009 Ressalta-se que se deve focar na questão da falta de atenção à saúde
1010 que os usuários têm nas CTs. Também não há adaptação dos serviços
1011 das CTs à lógica da transparência no uso do dinheiro público. Ed Otsuka
1012 complementa que a regulamentação das CTs pelo Ministério da Saúde é
1013 também um dado importante, pois a própria confederação das CTs não as
1014 reconhece como equipamentos da área de saúde. O que também é um
1015 argumento para deslegitimar esse tipo de entidade privada. Acrescenta-se
1016 que pela natureza dessas instituições, é importante uma reflexão para a
1017 categoria. Assim, é importante pensar em como tem se tornado público o
1018 material produzido pelo CRP, subsidiado a partir das fiscalizações. Trazer
1019 esse mapeamento do que tem sido observado dentro desse espaço de
1020 atuação profissional é uma questão de afirmação do próprio Código de
1021 Ética profissional. Deve-se procurar sair desse cenário de convivência de
1022 grande parte da categoria com o que tem ocorrido dentro dessas
1023 instituições, que não traz a perspectiva do cuidado em liberdade. Ed
1024 Otsuka reforça que há muitos subsídios no Código de Ética e é importante
1025 que se coloque esse ponto com relação à Responsabilidade Social
1026 analisando criticamente a realidade política, econômica e cultural. **3.14)**
1027 **Especialidades em Psicologia** - Monalisa Muniz Nascimento informa
1028 que se trata de uma solicitação do CRP 12 encaminhada devido a
1029 discussão na APAF anterior sobre especialidade em saúde. Essa
1030 solicitação não tem uma relação direta com a especialidade da saúde e,
1031 assim, quando o ponto foi discutido, surgiram várias questões e ficou
1032 indicado que essa Resolução CFP nº 13/2007 precisaria ser atualizada.
1033 Uma das questões é se a especialização deve ser chamada Psicologia da
1034 saúde ou Psicologia em saúde. Há necessidade de alinhar algumas
1035 questões, deixar mais claros quais são os requisitos para título de
1036 especialista. São alguns pontos da atualização da Resolução nº 13/2007
1037 que surgiram quando debatiam o ponto da especialidade em saúde.
1038 Ressalta a importância de uma revisão para atualização em função das
1039 mudanças e dos novos campos de atuação que se tem na psicologia. Não
1040 há ainda nada concreto, apenas o indicativo da necessidade de
1041 atualização. Aristeu Bertelli da Silva resume ao plenário que o ponto veio
1042 sem subsídios suficientes. Mas que a conselheira Monalisa Muniz do



1043 Nascimento completou o que conseguiu através da ata da última APAF e
1044 resgatou os apontamentos do conselheiro do CRP 12, trabalhando em
1045 cima de suas considerações. Em relação à atualização, a maior questão
1046 está relacionada à psicologia em saúde, sobre o reconhecimento das
1047 residências, que é algo que não está explícito na pauta, mas que se
1048 houve discussão é possível pontuar. **3.15) Inscrição Secundária –**
1049 Clarice Pimentel Paulon informa que essa pauta surgiu porque o CFP
1050 propôs que fosse feito o pagamento integral duplamente da inscrição, em
1051 caso de a/o psicóloga/o possuir inscrição secundária em outro estado, ao
1052 invés da porcentagem que é paga atualmente. O CRP SP já tinha
1053 subsidio pronto, feito pelo conselheiro da gestão 2013-2016 Guilherme
1054 Luz Fenerich, que era de contrariedade do pagamento em duplicidade
1055 pela categoria. **3.16) Acupuntura –** Guilherme Rodrigues Raggi Pereira
1056 relata que havia uma Resolução que reconhecia a acupuntura como uma
1057 prática complementar da/o psicóloga/o. No entanto, Tribunal Regional
1058 Federal de São Paulo entendeu que como a acupuntura não é uma
1059 prática regulamentada, nenhuma profissão teria o poder para legisla-la
1060 individualmente e barrou essa resolução. Esse fato não invalidou a prática
1061 da Psicologia com a acupuntura, mas fez com que o CRP passasse a
1062 sugerir, na época, que a/o psicóloga/o não vinculasse seu título de
1063 psicólogo com a prática da acupuntura, o que foi discutido, inclusive em
1064 APAF. O CRP SP fez contato com a Sociedade Brasileira de Psicólogos/os
1065 acupunturistas e estabeleceu um diálogo solicitando uma revisão do
1066 posicionamento nacional, o que foi acatado. Nesse sentido, há uma Nota
1067 Técnica indicando que era possível a prática casada desde que haja a
1068 condição técnica para a prática da acupuntura. Entende que se trata de
1069 um ponto pacífico e, portanto, não haveria razão para que seja mantido
1070 na pauta, mas que pode ser somente para consolidar essa revisão no
1071 sistema no âmbito nacional. **3.17) Aumento de Membros do Plenário -**
1072 Aristeu Bertelli da Silva informa que o CRP SP pautou esse ponto com o
1073 intuito de poder ampliar a quantidade de conselheiras/os a partir da
1074 proporcionalidade da base. A perspectiva, de acordo com o proposto,
1075 seria de poder ampliar o plenário deste CRP SP de 30 conselheiras/os -
1076 15 (quinze) titulares e 15 (quinze) suplentes - para 40 conselheiras/
1077 sendo 20 (vinte) titulares e 20 (vinte) suplentes. **3.18) Criação de um**
1078 **Plano de Contingências, com Plano de Ajuda Mútua entre CRP's -**



1079 Vinicius Cesca de Lima informa que já havia a proposta de que esse
1080 ponto não fosse priorizado na APAF, para que seja discutido na APAF de
1081 maio, quando o núcleo deste Regional que será constituído possa discutir
1082 e trabalhar melhor a pauta. Camila Teodoro Godinho problematiza que
1083 não se deve deixar pautas para a próxima gestão, pois é possível que
1084 essa não queira trabalhar da forma proposta, assim, defende que a pauta
1085 seja mantida e que se leve os subsídios necessários. Reginaldo Branco
1086 da Silva explica que o subsídio que este CRP SP apresentou ainda é
1087 muito fraco para dar conta de um plano de contingências. Assim, a
1088 delegação do CRP SP não deve solicitar que este ponto seja priorizado,
1089 embora permaneça na pauta. **3.19) Criação do Fundo de Apoio**
1090 **Financeiro aos Regionais que Necessitem** – Informa-se que este ponto
1091 tem relação com a situação financeira do CRP 01, que comprometeu um
1092 valor alto de suas receitas com folha de pagamento, o que dificulta a
1093 manutenção da estrutura física. Informa-se que há outros CRs que já
1094 fazem esse fundo de apoio. Este CRP SP deve defender essa forma
1095 solidária de apoio entre os CRs. **3.20) Implementação de Multas** –
1096 Vinicius Cesca de Lima explica que se trata da questão da aplicação de
1097 multas para pessoas jurídicas que cometem alguma infração. O
1098 proponente defende que a parametrização da multa seja feita em APAF,
1099 sendo que atualmente a multa não é aplicada. A coordenadora técnica de
1100 COE, Luciana Mantovani, explica que a multa já vem sendo aplicada e
1101 varia de acordo com o capital social da empresa. Pondera que a proposta
1102 apresentada de ser de meia anuidade é complicada, por que não dá para
1103 se fazer cumprir devido a justiça entender que se trata de valor irrisório.
1104 **3.21) Implementação de Sistema de Negativação dos Profissionais**
1105 **Inadimplentes nos Órgãos de Proteção ao Crédito** - Defende-se que
1106 este CRP SP não seja de acordo com a proposta de negativação nos
1107 Órgãos de Proteção ao Crédito das/os profissionais inadimplentes, por
1108 entender que esta autarquia não é uma entidade com esse fim. **3.22)**
1109 **Campanha Psicologia em Defesa da Democracia e Seguridade Social**
1110 - CRP 12 encaminha como subsídio uma avaliação da jornada da
1111 Psicologia contra o golpe, realizada em 08 de outubro. A partir dessa
1112 avaliação, faz defesa de que o Sistema Conselhos construa uma
1113 Campanha nacional sobre esse tema. Indica-se que este CRP SP
1114 defenda a criação dessa Campanha. **3.23) Saúde Mental e Trabalho** –



1115 Este ponto foi apreciado por Maurício Iwai, que preparou e encaminhou
1116 texto para subsidiar a delegação. **3.24) Convênio de Cooperação**
1117 **Técnica entre CFP e CRP 12** – Na atual gestão do CFP, com a ideia de
1118 trabalhar em uma perspectiva mais transparente, o CFP atuou com editais
1119 para financiar atividades. Este CRP SP trabalha com o conceito de apoio
1120 e parceria, pois compreende que dessa forma é possível politizar o
1121 processo. O ponto refere-se à discussão sobre um convênio feito através
1122 de um edital e que tem como solicitante o CRP 12. Entende-se que não é
1123 um ponto que deveria estar na pauta da APAF, pois não diz respeito ao
1124 Sistema Conselhos e, se cabe um posicionamento do CRP, é de
1125 questionamento sobre a despolitização do processo se realizado por meio
1126 de editais. Para contextualizar o momento, explica-se que no último
1127 semestre foi publicado um edital para o próximo e há um forte viés nos
1128 apoios que foram concedidos: os membros do grupo do CFP de
1129 assistência social criaram uma entidade de Assistência Social que foi
1130 contemplada 5 (cinco) vezes pelo edital para o primeiro semestre do ano
1131 que vem. Questiona-se a legitimidade de que uma gestão empenhe um
1132 alto valor de dinheiro que deverá ser realizado pela gestão seguinte, sem
1133 que essa tenha podido opinar. **3.25) PLS 439-2015 - Dispõe Sobre o**
1134 **Exercício de Atividades nos Campos da Administração** – Maria das
1135 Graças Mazarin de Araújo informa que esse PLS determina que a
1136 atividade no campo dos recursos humanos é privativa do administrador.
1137 Essa prática fere com os princípios constitucionais que garantem a
1138 liberdade de exercício, desde que atendidas às qualificações profissionais
1139 necessárias a profissão. Além disso, também é contestável a reserva de
1140 vagas de trabalho somente para determinada categoria profissional. O
1141 entendimento deste CRP SP é que se trata de uma área multiprofissional
1142 e, nesse sentido, comenta sobre as ações já realizadas pelo CRP SP no
1143 enfrentamento a esse PLS: a) envio de ofícios para entidades afins da
1144 pauta, como outros conselhos; b) envio de ofícios para o Sistema
1145 Conselhos; c) envio de ofícios para a senadora Marta Suplicy; d)
1146 publicação no site e Facebook de texto contrário e chamada convidando
1147 psicólogos/os a participarem da consulta pública; e) criação de um link
1148 para alteração das fotos de perfil do Facebook indicando a contrariedade
1149 ao PLS; f) envio de SMS à categoria. A coordenadora técnica Luciana
1150 Mantovani comenta que anteriormente o CFP tinha três funcionários para



1151 fazer a articulação no Congresso, que era uma ação importante.
1152 Atualmente, eles estão apenas encaminhando ofícios. Sugere que a
1153 defesa da delegação seja de que o CFP tenha uma estrutura para dar
1154 conta dessa articulação, pois, para esse PL são necessárias ações mais
1155 concretas. **3.26) Projeto de Lei 769/2015 – Altera a Lei nº 4.119, De 27**
1156 **de Agosto de 1962, que “Dispõe Sobre os Cursos de Formação em**
1157 **Psicologia e Regulamenta a Profissão de Psicólogo” para Dispor**
1158 **sobre a Jornada Semanal de Trabalho do Psicólogo – Clarice Pimentel**
1159 Paulon e Rodrigo Toledo explicam que este ponto e o ponto seguinte são
1160 pautas sindicais e, assim, entendem que os CRs precisam continuar
1161 acompanhando as pautas na medida em que deve estar articulado com o
1162 Sindicato, mas não caberiam outras ações. **3.27) Projeto de Lei**
1163 **1015/2015 – Altera a Lei nº 4.119, de 27 de Agosto de 1962, que**
1164 **“Dispõe Sobre os Cursos de Formação em Psicologia e Regulamenta**
1165 **a Profissão de Psicólogo” para Fixar o Piso Salarial da Categoria -**
1166 Clarice Pimentel Paulon e Rodrigo Toledo explicam que é o mesmo caso
1167 apresentado no ponto “Projeto de Lei 769/2015 – Altera a Lei nº 4.119, de
1168 27 de Agosto de 1962, que ‘Dispõe Sobre os Cursos de Formação em
1169 Psicologia e Regulamenta a Profissão de Psicólogo’ para dispor sobre a
1170 Jornada Semanal de Trabalho do Psicólogo”, ou seja, não caberiam
1171 outras ações deste CRP, apenas acompanhar a pauta e estar articulado
1172 com o Sindicato dos Psicólogos. **3.28) Carteira de Identidade**
1173 **Profissional – CIP – Convênio com Ministério da Justiça - Aristeu**
1174 Bertelli da Silva comenta que há dois programas que são articulados por
1175 secretarias da Justiça, o Ppcam - Programa de Proteção a Crianças e
1176 Adolescentes Ameaçados de Morte e o PROVITA - Programa de
1177 Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. O Ministério da Justiça
1178 solicitou ao CFP a emissão de Carteiras de Identificação Profissional
1179 (CIP) temporárias e com o nome falso para utilização por psicólogos/os
1180 que atuam nesses programas, onde uma das questões postas e
1181 necessárias é o sigilo. No entanto, sem a CIP temporária, muitas vezes
1182 eles necessita apresentar suas credenciais reais, o que quebra com a
1183 questão do sigilo e pode colocá-los em risco. A ideia é que se crie, pelo
1184 fornecimento da CIP temporária, um lastro de apoio para que esse
1185 profissional que atua no programa possa apresentá-la. Explica que as
1186 casas de apoio e abrigo, por exemplo, têm seus endereços secretos para



1187 não expor a riscos. A carteira sugerida teria validade de 2 (dois) anos e
1188 seria feita para um grupo direcionado, ou seja, seria algo em torno de 10
1189 carteiras “falsas” no total. Entende-se que a este CRP SP deve ser
1190 favorável. **3.29) Escuta Especial de Crianças e Adolescentes** - O ponto
1191 já foi contemplado na discussão do ponto 3.6.11, sobre a Minuta de
1192 Resolução sobre Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes. **3.30)**
1193 **Revisão do Código de Processamento Disciplinar (CPD)** - Andrea
1194 Mataresi comenta que em APAF passada foi criado um GT para discutir a
1195 atualização do Código de Processamento Disciplinar. Esse GT foi
1196 formado, mas nunca foram chamadas reuniões para adiantar os
1197 trabalhos. A ideia da atualização é para revisar os fluxos de andamento
1198 dos processos éticos. A defesa da delegação deve ser de não
1199 judicialização dos processos éticos. É uma questão que envolve também
1200 alterar o funcionamento da COF, no sentido de diminuir a incidência de
1201 processos éticos a partir da realização das orientações. **3.31) Coaching** -
1202 Na gestão passada, o Núcleo de Psicologia Organizacional e do Trabalho
1203 construiu uma nota junto com a COF. Guilherme Rodrigues Raggi Pereira
1204 informa que o texto ainda precisa ser muito alterado, então não pôde ser
1205 encaminhado à APAF. Uma das questões a ser apresentada é que
1206 *coaching* está mais relacionada à psicologia organizacional e do trabalho
1207 do que a Psicologia do Esporte. Maria das Graças Mazarin de Araújo
1208 comenta que como algumas das técnicas de *coaching* são
1209 fundamentadas em saberes da Psicologia, há psicólogas/os que entram
1210 em contato ligam para o CRP informando que não psicólogos estão
1211 exercendo *coaching*. Porém, ressalta que não se trata de técnica privativa
1212 da Psicologia e isso é algo que será retratado na nota. Camila Teodoro
1213 Godinho comenta que esse ponto foi originado na época das Olimpíadas
1214 e Paralimpíadas, pois naquele momento havia uma demanda grande,
1215 inclusive da mídia, nesse sentido. O Grupo da APAF sobre esporte
1216 construiu a nota, mas este CRP SP não foi consultado e o CRP RJ
1217 também não se posicionou favorável à nota, embora componha o GT.
1218 Portanto, isso é algo que pode ser levantado na APAF. Pontua ainda que
1219 os Regionais que fazem parte desse GT são de outro grupo político e seu
1220 entendimento é que *coaching* está relacionado tanto a área do esporte
1221 quanto de POT. **3.32) Consolidação das Resoluções** – Vinicius Cesca
1222 de Lima explica que a consolidação versa sobre diversos temas, como a



1223 quantidade de conselheiros, questões que impactam as práticas de
1224 fiscalização e orientação. Também traz questões relacionadas aos
1225 prazos, que a resolução indica e que ficam inviáveis para regionais com
1226 muita demanda. A partir disso, é possível adaptar à realidade de cada
1227 regional. **3.33) Análise geral sobre a APAF** - Aristeu Bertelli da Silva
1228 reitera que durante a APAF a delegação terá pontos mais tensos e, caso
1229 as/os demais conselheiras/os verifiquem materiais que faltam e que
1230 podem subsidiar a delegação, devem encaminhar. Com relação à
1231 Comunicação, deverão ser construídas chamadas rápidas para que a
1232 categoria acompanhe a APAF. Pontua também que a qualquer momento
1233 as/os membros do plenário podem ser acionados para que auxiliem em
1234 alguma discussão. Comenta que há a tradição de levar as publicações
1235 deste CRP para os demais regionais e para o CFP. Assim, indica que seja
1236 levada cópia do Relatório de Gestão do XIV Plenário e todo material que
1237 foi produzido no último período. Assim, se deve verificar com a
1238 Comunicação quais Cadernos Temáticos não foram encaminhados para
1239 que sejam levados nessa oportunidade. O kit que será levado também
1240 deve contemplar os posicionamentos que já foram publicados por este
1241 plenário. Considerando o tempo para reunir esses materiais, é possível
1242 levar os posicionamentos apenas impresso em folha sulfite, sem
1243 necessidade de acionar gráfica. Sugere-se também a inclusão dos dois
1244 vídeos que foram feitos no GT História e Memória (cópias simples em CD
1245 ou DVD). Também a inclusão do posicionamento sobre a dislexia. Ao
1246 todo, deverão ser feitos 24 (vinte e quatro) *kits*, contendo esses materiais
1247 para distribuição. O extrato desta ata deverá estar disponível para a
1248 delegação do CRP SP durante a APAF e solicita-se ao plenário que os
1249 materiais a serem compartilhados com a delegação como subsídio, sejam
1250 finalizados rapidamente, para que possam também ser considerados.
1251 Comenta-se também sobre Encontro Estadual da Luta Antimanicomial, e
1252 da relevância que o CRP SP teve para a realização do encontro. Assim,
1253 indica-se que esse material também possa ser levado para a APAF, com
1254 o indicativo de que o CFP apoie a realização da etapa nacional. É
1255 importante, para que se pontue que as entidades que devem discutir e
1256 protagonizar a luta antimanicomial são os movimentos sociais. **IV)**
1257 **APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA** – A
1258 conselheira secretária submeteu ao plenário a apreciação dos processos



1259 das pessoas física e jurídica inscritas neste CRP SP. **Encaminhamento:**
1260 Foram subscritos os seguintes processos: Pessoa física - 137 (cento e
1261 trinta e sete) inscrições novas, 61 (sessenta e um) reativações, 08 (oito)
1262 inscrições secundárias, 17 (dezesete) inscrições por transferência, 148
1263 (cento e quarenta e oito) cancelamentos a pedido, 05 (cinco)
1264 cancelamentos por óbito, 26 (vinte e seis) cancelamentos por
1265 transferência e 12 (doze) cancelamentos por inscrição secundária.
1266 Pessoa jurídica – 29 (vinte e nove) registros, 03 (três) cadastros e 12
1267 (doze) cancelamentos a pedido, conforme folha anexa que é parte
1268 integrante desta ata. **V) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA –**
1269 O plenário tomou conhecimento da relação de psicólogas/os para
1270 aprovação do título de especialistas. **Encaminhamento:** Na modalidade
1271 Cursos Credenciados, deferiu-se: 01 (um) na área de Psicologia do
1272 Trânsito, 13 (treze) de Psicologia Clínica, 01 (um) em Psicologia
1273 Hospitalar e 05 (cinco) em Neuropsicologia. Na modalidade Cursos IES
1274 homologou-se: 05 (cinco) em Psicologia Organizacional e do Trabalho, 04
1275 (quatro) em Psicologia do Trânsito, 04 (quatro) em Psicologia Clínica, 02
1276 (dois) em Psicologia Hospitalar, 02 (dois) em Psicopedagogia, 03 (três)
1277 em Neuropsicologia e 01 (um) em Psicologia da Saúde. Indeferiu-se: 01
1278 (um) em Psicologia Clínica, na modalidade Cursos IES. Sendo assim, o
1279 total geral de títulos de especialistas ratificados representa 42 (quarenta e
1280 dois), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **VI)**
1281 **CRENCIAMENTO DE SITES** – Foram analisados 09 (nove) processos.
1282 **Encaminhamento:** O plenário concedeu parecer favorável a 06 (seis)
1283 pedidos, com protocolos: 506438797 (CRP 06/109849), 606720792
1284 (3835/J 67808), 6064737033 (06/107149), 506308568 (06/31709),
1285 606707942 (06/95029) e 506638560 (06/104243). Não se aplica 3 (três)
1286 solicitações de obtenção de selo para os protocolos: 506839095 (CRP
1287 06/41921), 506840347 (CRP 06/125111) e 806840035 (CRP 06/118910)
1288 conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **VII) ANÁLISE DE**
1289 **CONJUNTURA** – O conselheiro presidente Aristeu Bertelli da Silva
1290 comenta que durante o Planejamento Estratégico foi realizada uma
1291 análise de conjuntura apresentada por Vinicius Cesca de Lima. Durante a
1292 última Plenária Ordinária, definiu-se que Evelyn Sayeg deveria ser a
1293 responsável pela apresentação deste ponto nesta sessão. Porém, outros
1294 membros deste coletivo também podem auxiliar com essa tarefa. Evelyn



1295 Sayeg entende que neste momento é mais importante que sejam
1296 discutidos os demais pontos de pauta. Considerando o avançado da hora,
1297 propõe que não haja a discussão deste ponto, para priorizar os demais.
1298 Aristeu Bertelli da Silva informa que não cabe à mesa diretora dar o tom
1299 da plenária, o que é feito pelo próprio plenário. Ressalta que o ponto
1300 referente à APAF era um ponto que necessitava ser discutido, até para
1301 que os posicionamentos da delegação reflitam o pensamento e
1302 entendimento deste pleno. Reforça que a plenária é soberana e que se
1303 entende que não deve ser feita a análise de conjuntura, que se registre
1304 que se trata de uma decisão feita pelo plenário, para que não surja a
1305 especulação que foi decisão unilateral da Diretoria. Indica ainda que a
1306 mesa diretoria tem se esforçado para que o trabalho durante a sessão
1307 seja mais conciso, em respeito, inclusive, àqueles do interior, para que
1308 possam acompanhar as discussões. Dessa forma, seu entendimento é
1309 que, preferencialmente, seja respeitado o teto de 17h para fim da
1310 plenária. Evelyn Sayeg comenta que quando o plenário definiu que a
1311 Análise de Conjuntura fosse ponto permanente das sessões, não se tinha
1312 a dimensão do que significaria colocar determinadas pautas em uma
1313 plenária em que se discute os pontos da APAF. Dessa forma, sua
1314 sugestão é que esse ponto seja retirado da pauta da plenária, quando
1315 essa discutir a pauta da APAF. **Encaminhamento:** Não haverá discussão
1316 deste ponto nesta plenária para que os demais pontos possam ser
1317 priorizados. Caso haja tempo, o ponto Análise de Conjuntura será
1318 discutido ao final da plenária. **VIII) ASSUNTOS FINANCEIROS – 8.1)**
1319 **Orientações Financeiras** – O conselheiro tesoureiro, Vinicius Cesca de
1320 Lima, comenta que todas as unidades do CRP SP receberam nesta
1321 semana o memorando MEMO ADP nº 052/16, com orientações
1322 financeiras ao plenário. Esse Memorando é um reforço/complemento ao
1323 conjunto de orientações encaminhado através do MEMO ADP nº 045/16,
1324 encaminhado em outubro. Com base nessas orientações, o departamento
1325 financeiro devolveu 140 (cento e quarenta) relatórios de atividades, pois
1326 esses continham dados incompletos ou incoerentes. Em reunião com
1327 esse setor, ficou definido que aqueles que se referem a preenchimento
1328 incompleto ou inadequado, ainda que sejam anteriores ao memorando,
1329 deverão ser devolvidos, considerando, inclusive as orientações prévias
1330 para o seu correto e completo preenchimento, que já constavam no



1331 MEMO ADP n°045/16, de 07 de outubro de 2016. Com relação às
1332 orientações dadas por meio do MEMO ADP n° 52/2016, como as de
1333 justificativa da participação de pessoas convidadas e a necessidade de
1334 autorização prévia para deslocamentos por meio de veículo próprio em
1335 distâncias superiores a 200 km, essas serão exigidas somente a partir da
1336 data de envio do memorando, ou seja, 02 de dezembro de 2016. O
1337 conselheiro tesoureiro completa ainda que como já havia iniciado um
1338 diálogo com o departamento de secretaria para não enviarem os RA's
1339 com incorreções, somente 1 (um) devolvido era da região da Sede. Os
1340 demais 139 (centro e trinta e nove) relatórios foram devolvidos às
1341 Subsedes para correção. **8.2) Centro de Custo** - Vinicius Cesca de Lima
1342 informa que o CRP SP não disporá de nenhum recurso para ações
1343 políticas no mês de janeiro, exceto para o que se refere a ações
1344 ordinárias / contínuas de gestão, ou seja: Orientações, Fiscalizações,
1345 Atividades da COE (inclusive Comissão de Instrução), Custeio de
1346 reuniões dos coletivos já formados e representações. Somente poderão
1347 ser realizadas outras ações quando este coletivo aprovar o Plano de
1348 Ações, cuja previsão é que ocorra na Plenária de 21 de janeiro de 2017.
1349 **8.3) Posição financeira** - Vinicius Cesca de Lima informa ao plenário a
1350 posição financeira do CRP SP em 09 de dezembro de 2016, que se
1351 aproxima muito do que será o consolidado de final de ano. O saldo em
1352 banco é de R\$ 15.194.057,33 (quinze milhões, cento e noventa e quatro
1353 mil, cinquenta e sete reais e trinta e três centavos). A arrecadação é de
1354 R\$ 26.159.037,00 (vinte e seis milhões, cento e cinquenta e nove mil e
1355 trinta e sete reais), o que representa 75% do previsto. A inadimplência foi
1356 de 25%, o que é 1% inferior ao ano de 2015, mas que está acima da
1357 média histórica, que é de 19% a 21%. Houve 5.206 (cinco mil, duzentas e
1358 seis) novas inscrições, que significa um aumento de 5% em relação ao
1359 ano anterior. Quanto a reativações, foram 978 (novecentas e setenta e
1360 oito), o que é uma quantidade muito acima da média e 29% maior do que
1361 ocorrida no ano passado. No entanto, o número de cancelamentos foi
1362 3.368 (três mil, trezentos e sessenta e oito), ou seja, 23% acima do ano
1363 anterior. **8.4) Cenário Financeiro do CRP SP** – O conselheiro tesoureiro
1364 informa que desde o início da gestão tem sido apresentada a necessidade
1365 de revisão de procedimentos para garantir melhor eficiência na aplicação
1366 dos recursos financeiros do CRP SP. Ressalta que não se trata



1367 meramente de esforço fiscal como uma finalidade em si mesma, mas de
1368 preocupação em viabilizar financeiramente projetos estratégicos da
1369 gestão. Tal preocupação se sustenta em três razões: 1) Garantir
1370 capacidade financeira para sustentar as ações políticas desenvolvidas
1371 pelo CRP SP, mas sem prejuízo das demais áreas, como investimentos e
1372 inversões; 2) Avançar os processos de regionalização e interiorização
1373 demandará recursos extras; e, 3) Quase um terço dos recursos para
1374 ações políticas são mantidos com base em rendimentos financeiros
1375 gerados com a aplicação dos recursos reservados para aquisição de
1376 imóveis e contingências. Para elucidar essas condições, apresenta um
1377 comparativo com os valores aproximados de despesas com ações
1378 políticas desde o ano de **2012**: a) Recursos orçados para ações políticas:
1379 R\$ 4.000.000 (quatro milhões de reais); b) Recursos arrecadados
1380 proporcionalmente para ações políticas: R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e
1381 seiscentos mil reais); c) Despesa executada com ações políticas: R\$
1382 4.000.000,00 (quatro milhões de reais); d) Saldo em relação ao orçado:
1383 R\$0,00 (zero real); e) Saldo em relação ao arrecadado: - R\$1.400.000
1384 (um milhão e quatrocentos mil reais negativos); em **2013**: a) Recursos
1385 orçados para ações políticas: R\$ 4.000.000 (quatro milhões de reais); b)
1386 Recursos arrecadados proporcionalmente para ações políticas: R\$
1387 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais); c) Despesa executada
1388 com ações políticas: R\$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil
1389 reais); d) Saldo em relação ao orçado: R\$600.000 (seiscentos mil reais);
1390 e) Saldo em relação ao arrecadado: - R\$ 700.000 (setecentos mil reais
1391 negativos); **2014**: a) Recursos orçados para ações políticas: R\$ 5.100.000
1392 (cinco milhões e cem mil reais); b) Recursos arrecadados
1393 proporcionalmente para ações políticas: R\$ 3.600.000,00 (três milhões e
1394 seiscentos mil reais); c) Despesa executada com ações políticas: R\$
1395 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais); d) Saldo em relação
1396 ao orçado: R\$ 2.200.000 (dois milhões e duzentos mil reais); e) Saldo em
1397 relação ao arrecadado: R\$ 700.000 (setecentos mil reais); **2015**: a)
1398 Recursos orçados para ações políticas: R\$ 5.400.000 (cinco milhões e
1399 quatrocentos mil reais); b) Recursos arrecadados proporcionalmente para
1400 ações políticas: R\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais); c)
1401 Despesa executada com ações políticas: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões
1402 de reais); d) Saldo em relação ao orçado: R\$ 400.000 (quatrocentos mil



1403 reais); e) Saldo em relação ao arrecadado: - R\$ 1.100.000 (um milhão e
1404 cem mil reais negativos); e, **2016**: a) Recursos orçados para ações
1405 políticas: R\$ 4.900.000 (quatro milhões e novecentos mil reais); b)
1406 Recursos arrecadados proporcionalmente para ações políticas: R\$
1407 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais); c) Despesa
1408 executada com ações políticas: R\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e
1409 quatrocentos reais); d) Saldo em relação ao orçado: - R\$ 500.000
1410 (quinhentos mil reais negativos); e) Saldo em relação ao arrecadado: - R\$
1411 2.000.000 (dois milhões de reais negativos). Assim, há preocupação
1412 referente à relação entre arrecadação e execução de ações políticas, que
1413 só se torna possível porque o CRP considera também os rendimentos
1414 bancários para montar seu orçamento. O conselheiro tesoureiro
1415 apresenta também as maiores despesas com ações políticas no ano de
1416 2016 (informações apuradas em 02/12): i) Custeio de ações contínuas de
1417 gestão: R\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil reais); ii) Projeto de
1418 Comunicação: R\$ 1.300.000 (um milhão e trezentos mil reais); iii) Etapas
1419 do CNP: R\$ 790.000 (setecentos e noventa mil reais); iv) Campanha de
1420 25 anos do ECA: R\$ 340.000 (trezentos e quarenta mil reais); v) Custeio
1421 das Comissões Gestoras: R\$ 270.000 (duzentos e setenta mil reais); vi)
1422 Representações: R\$ 220.000 (duzentos e vinte mil reais); vii) História e
1423 Memória da Psicologia: R\$ 200.000 (duzentos mil reais); viii) Eleições: R\$
1424 170.000 (cento e setenta mil reais); ix) Projeto Psicologia Todo Dia em
1425 Todo Lugar: R\$ 160.000 (cento e sessenta mil reais); x) Custeio de
1426 Núcleos e Comissões Temáticas: R\$ 150.000 (cento e cinquenta mil
1427 reais); xi) CREPOP: R\$ 140.000 (cento e quarenta mil reais); xii) Fóruns
1428 de Gestores: R\$ 110.000 (cento e dez mil reais); xiii) Custeio COE (não
1429 incluindo oitivas): R\$ 105.000 (cento e cinco mil reais); e, xiv)
1430 Fiscalizações: R\$ 100.000 (cem mil reais). Considerando que esses
1431 gastos se referem a um ano atípico, pois é ano do Congresso Nacional da
1432 Psicologia e da sua etapa estadual, Vinicius Cesca de Lima apresenta
1433 também os gastos realizados no ano de 2015, para que seja possível ter
1434 uma imagem mais fiel sobre as despesas políticas do CRP. Maiores
1435 despesas com ações políticas em 2015: i) Custeio de ações contínuas de
1436 gestão: R\$ 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil reais); ii) Projeto de
1437 Comunicação: R\$ 1.750.000 (um milhão, setecentos e cinquenta mil
1438 reais); iii) Custeio das Comissões Gestoras: R\$ 350.000 (trezentos e



1439 cinquenta mil reais); iv) Intensificar debate sobre criminalização,
1440 proibicionismo e judicialização da vida: R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta
1441 mil reais); v) Custeio de Núcleos e Comissões Temáticas: R\$ 200.000
1442 (duzentos mil reais); vi) Fóruns de Gestores: R\$ 200.000 (duzentos mil
1443 reais); vii) Apoios: R\$ 160.000 (cento e sessenta mil reais); viii) Defender
1444 políticas de inclusão social a partir das contribuições da psicologia: R\$
1445 110.000 (cento e dez mil reais); ix) Plenárias ordinárias: R\$ 110.000
1446 (cento e dez mil reais); x) Projeto Psicologia Todo Dia em Todo Lugar: R\$
1447 100.000 (cem mil reais). A respeito da descentralização e da
1448 regionalização, apresenta ao plenário dados a respeito de como esses
1449 procedimentos impactarão financeiramente: cada deslocamento de 01
1450 pessoa de cada região para a sede gera uma despesa (sem considerar
1451 hospedagem) entre R\$2.800 (dois mil e oitocentos reais) e R\$6.000 (seis
1452 mil reais). Caso todos fiquem hospedados, deve-se acrescentar a esse
1453 valor mais R\$1.700 (mil e setecentos reais). Pontua que regionalizar
1454 demanda mais recursos e cita como exemplos: a) 01 reunião plenária na
1455 gestão 2013/2016, nos mesmos moldes que fazemos, geraria uma
1456 despesa de R\$ 12.200 (doze mil e duzentos reais); 01 reunião plenária na
1457 gestão 2016/2019 gera uma despesa de R\$14.700 (quatorze mil e
1458 setecentos reais), ou seja, um acréscimo de 20%; e, b) os núcleos
1459 temáticos, na gestão 2013/2016, dispunham de um custeio médio anual
1460 de R\$8.000 (oito mil reais). Viabilizar a decisão política de que os núcleos
1461 sejam todos compostos por membros de todas as regiões demandará um
1462 custeio anual entre R\$16,5 mil (dezesesseis mil e quinhentos reais),
1463 aumento de 106%, e R\$ 72.000 (setenta e dois mil reais), aumento de
1464 800%. Dessa forma, pontua que sua preocupação é de que o recurso
1465 disposto venha a ser insuficiente para garantir avançar esses processos,
1466 conforme planejado pela gestão, o que exige repensar práticas e
1467 procedimentos. Portanto, é fundamental alinhar as dimensões políticas,
1468 administrativas e financeiras da gestão. Considerações do Plenário: A) A
1469 respeito dos memorandos encaminhados, traz-se que se deve pensar
1470 coletivamente sobre os pontos que influem nos gastos. Cita-se que um
1471 dos pontos que devem ser levados em consideração são as atividades
1472 das/os conselheiras/os vinculadas/os a sede, mas que estão no interior do
1473 estado. Que é preciso também dimensionar esses custos. Também a
1474 questão de como isso pode ser vinculado do ponto de vista da



1475 transparência. B) Comenta-se que na discussão em plenário realizada
1476 anteriormente, foi citado que se pensasse em cenários possíveis, pois da
1477 forma como tem sido realizado, o CRP tem trabalhado em uma bolha, a
1478 partir de rendimentos de recursos provisionados para a compra e reforma
1479 de imóveis. C) Defende-se que seja aprofundada essa perspectiva de
1480 pensar nos cenários, a partir da possibilidade de execução da compra dos
1481 imóveis. Ressalta ainda que há a estrutura, que tem os custos que devem
1482 ser considerados. D) A partir dos cenários, deve-se considerar uma saída
1483 gradual, para as despesas dependerem cada vez menos de valores
1484 acima do arrecadado. Assim como se pensar em como arrecadar os
1485 recursos necessários. E) Defende-se que não se desista dos planos de
1486 ações que têm sido elaborados, como fase final do Planejamento
1487 Estratégico para 2017. F) Reflete-se que há um compromisso político
1488 desta gestão e dentro desse compromisso há uma agenda que privilegiou
1489 um cenário em que a maior parte das/os conselheiras/os não seja da
1490 capital. Agora é necessário desenhar a forma de dar vazão a essa ação
1491 com os recursos que o CRP possui. G) Não se deve voltar atrás com
1492 compromissos assumidos, como o da descentralização. H) Reforça-se
1493 que embora a maior parte da categoria esteja localizada em determinada
1494 região, não se pode fazer a política voltada apenas a esses psicólogos.
1495 Portanto, deve-se alinhar o político com o administrativo-financeiro; I)
1496 Indica-se que, desde o início da gestão, a tesouraria traz essa questão de
1497 necessidade de adequação das despesas. Assim, apresenta-se dúvida
1498 sobre quanto cada conselheira/o custa. É um dado que se gostaria que
1499 fosse compartilhado, pois vindo sendo apresentados dados sem designar
1500 nominalmente. J) Entende-se que não se trata de policiar as participações
1501 de nenhuma/um conselheira/o, mas sim de avaliar, inclusive, o retorno
1502 político das ações que estão sendo realizadas. Ou seja, de fazer com que
1503 as ações sejam realizadas, mas sem prejudicar a administração dos
1504 recursos financeiros. K) Informa-se que a comissão de Auditoria e
1505 Controle Interno tem se preocupado quanto à efetiva realização das
1506 ações políticas. L) Solicita-se, por exemplo, a informação sobre a
1507 quantidade de eventos e atividades são realizados. M) Em algumas
1508 discussões de Comissão Gestora tem surgido a preocupação sobre como
1509 isso serão construídos os processos de regionalização e interiorização e
1510 quais os impactos nos processos de trabalho. N) Pondera-se que isso



1511 pode impactar nos investimentos e custos, por exemplo, com horas
1512 extras. Portanto, avançar com essas pautas pode ser preocupante,
1513 considerando que implica outros custos. O) Comenta-se que no final da
1514 gestão anterior foi pensando em se ter um sexto elemento na região de
1515 Campinas para ajudar a dar conta das demandas ordinárias. Assim, além
1516 do conselheiro coordenador da Comissão Gestora e da própria Comissão,
1517 outra/o conselheira/o da região também poderia auxiliar com essas
1518 demandas. Assim, quando houve a proposta para montar a chapa desta
1519 gestão de ter duas/dois conselheiras/os na região, era com essa ideia. P)
1520 Ressalta-se a importância de que se pense no tempo necessário e de que
1521 forma será estruturado o processo de trabalho na perspectiva da
1522 descentralização e da regionalização. Q) O Plano de Ações está sendo
1523 elaborado a partir da perspectiva financeira apresentada pela tesouraria
1524 em plenária anterior, e a perspectiva da descentralização também está
1525 sendo considerada. R) Propõe-se que este ponto seja repautado para que
1526 haja tempo de organização, pensando no plano de ações. S) Indica-se a
1527 importância de que seja levada em conta a perspectiva da aprovação do
1528 novo Placo de Cargos, Carreira e Salários (PCCS), que prevê a
1529 contratação de Assistentes Técnicas/os para as vagas que hoje são
1530 preenchidas por funcionárias temporárias. T) Comenta-se que na
1531 Comissão de Ética há muitos processos para dar conta e não há tempo
1532 suficiente, assim, ressalta-se que se não for contratada/o estagiária/o
1533 para a sede, deverá ser contratada/o para a subsele de Campinas, ou
1534 haverá necessidade de realizar horas extras para dar conta da demanda.
1535 Reforça-se que se não forem regionalizados os processos, será
1536 necessário dobrar a atual estrutura do departamento da COE. U) Para
1537 que o CRP possa realizar ações extraordinárias, é necessário que cumpra
1538 com muita qualidade as suas funções ordinárias. Há um corpo qualificado
1539 de funcionários, que apontam as situações preocupantes que surgem
1540 conforme o plenário realiza as ações. Assim, é preciso pensar em como
1541 serão equacionadas as tarefas, que é uma responsabilidade de todas/os.
1542 Vinícius Cesca de Lima pondera que considera ruim o caminho de
1543 individualizar os custos, nominando-os. Pois é sabido que o custo
1544 daquelas/es conselheiras/os e colaboradoras/es do interior será superior,
1545 o que pode gerar um discurso perigoso. Ressalta que as participações
1546 individuais têm os dados apresentados no Portal da Transparência, mas



1547 que analisar esses dados de forma descontextualizada pode ser perigoso.
1548 Indica que algumas subsedes mais distantes têm trabalhado com uma
1549 lógica de gastos inferiores de outras que estão localizadas mais próximas
1550 à capital. A descentralização, por outro lado, reduz custos. Comenta,
1551 ainda, que a decisão de realizar apenas uma plenária por mês, fez com
1552 que se reduzisse os custos com essa atividade em um montante que
1553 equivale aos gastos de 2(duas) subsedes. Reforça que há um montante
1554 da receita que é decorrente de rendimentos e, ainda que o CRP continue
1555 dispondo do valor decorrente dos rendimentos, com o ritmo de evolução
1556 dos gastos do CRP SP, não será possível sustentar as ações. Considera
1557 também que a regionalização aumentará os gastos. Informa que o CRP
1558 SP dispõe de uma ferramenta para acompanhamento dos gastos, que é o
1559 Centro de Custo, porém são dispostos dados brutos e não analíticos.
1560 Enquanto tesoureiro, sua ideia é compartilhar com as/os
1561 coordenadoras/es o gerenciamento dos recursos da unidade que
1562 coordenam. Reforça que há um número considerável de conselheiras/os
1563 no interior que não compõem as comissões gestoras. A ideia é que
1564 essas/es ajudem a avançar a política na região, mas não cabe a essas/es
1565 conselheiras/es, por exemplo, realizar plantões ou suplantam outras
1566 tarefas da Comissão Gestora. É um problema do ponto de vista do
1567 custeio, pois é uma ação ligada à Comissão Gestora. A respeito da
1568 regionalização, por parte da COE, há uma perspectiva de contratação de
1569 estagiária/o. Reafirma que se trata de uma questão prioritária, pois todas
1570 as ações políticas realizadas pelo CRP SP devem ter como foco a
1571 qualificação das práticas de orientação, fiscalização e regulamentação da
1572 profissão. Quanto às/aos conselheiras/os que estão no interior e que não
1573 compõem comissão gestora, essas/es podem compor ações. Assim,
1574 auxiliarão no processo de regionalização, sem que isto implique
1575 participação na Comissão Gestora. Esclarece que é possível participar
1576 das reuniões de Comissão Gestora, inclusive com custeio. Porém
1577 relembra que há um recurso limitado para esses tipos de atividades. O
1578 plenário pode decidir ampliar este custeio, mas isso implica cortar ou
1579 reduzir outras ações para que o processo seja sustentável. Reforça que a
1580 descentralização auxilia para que não haja sobrecarga. E relembra que já
1581 há subsedes avançadas com a descentralização das ações da COE. O
1582 gerente geral, Diógenes Pepe, explica que o novo PCCS apenas indica o



1583 novo cargo das/os assistentes técnicas/os, sem quantificar. Portanto,
1584 seria possível aumentar a quantidade dessas/es profissionais. **Novas**
1585 **considerações do plenário:** a) Propõe-se que o assunto seja repautado
1586 uma vez que diversos assuntos trazidos não constavam no ponto de
1587 pauta, originalmente. Sugere-se que o assunto conste em pauta de
1588 Diretoria e plenária futura, para definir a forma de operacionalizar. B)
1589 Pondera-se que este é um ponto que não será esgotada a discussão
1590 nesta plenária. **Encaminhamento:** A discussão para alinhamento acerca
1591 dos aspectos de gestão financeira deverá ser continuada em plenária
1592 posterior. Trata-se de uma pauta permanente da plenária. **IX) QUESTÃO**
1593 **DE ORDEM** - A conselheira Bruna Lavinias Jardim Falleiros solicita uma
1594 “Questão de Ordem”: Devido ao adiantado da hora, não poderá
1595 permanecer na plenária até o seu fim, dessa forma, novamente o ponto
1596 “Proposta de Organização Nuclear para Subsedes” não será discutido.
1597 Apresenta, assim, a dificuldade deste plenário em dar sequência às
1598 discussões e realizar encaminhamentos. Entende que é algo que o
1599 plenário deve cuidar, mas compreende que se trata de um momento de
1600 construção, e que, assim, é preciso ser tolerante em relação ao tempo e
1601 ter a clareza e tranquilidade de que algumas deliberações serão
1602 atrasadas. Ainda, entende que há uma pressão daquelas/es que tem o
1603 desejo de serem colaboradoras/es do CRP em que se defina como
1604 ficarão os Núcleos, por exemplo. Mas pontua que se deve explicar o
1605 momento do plenário, que é dessa construção e organização conjunta.
1606 Aristeu Bertelli da Silva informa que a mesa diretora acolhe a “Questão de
1607 Ordem” e indica que este ponto de pauta anterior é contínuo nas plenárias
1608 e, portanto, a discussão deverá ser continuada oportunamente. Quando
1609 ao ponto ‘Proposta de Organização Nuclear para Subsedes’, entende que
1610 a discussão não pode ser realizada sem a participação de Bruna Lavinias
1611 Jardim Falleiros, que é a conselheira que está fazendo a proposição,
1612 assim, o mesmo deverá ser repautado. Questiona-se se a proposta que
1613 será apresentada diverge da proposta aprovada para organização dos
1614 coletivos estaduais do CRP SP. Explica-se que a proposta se relaciona ao
1615 funcionamento de núcleos nas subsedes e dialoga com o modelo
1616 aprovado para os grupos estaduais. **Encaminhamento:** A discussão
1617 sobre o ponto “Proposta de Organização Nuclear para Subsedes” deverá
1618 ser repautada na plenária de janeiro e será apresentada pela conselheira



1619 Bruna Lavinias Jardim Falleiros. **X) RECOMPOSIÇÕES DE COMISSÕES**
1620 **GESTORAS, PERMANENTES, GRUPO DE TRABALHO E COLETIVOS**
1621 **INTERNOS / NÚCLEOS** – Considerando que o ponto “Proposta de
1622 Organização Nuclear Para Subsedes” será repautado, Aristeu Bertelli da
1623 Silva sugere que o ponto “Recomposições de Comissões Gestoras,
1624 Permanentes, Grupo de Trabalho e Coletivos Internos/Núcleos” também
1625 seja, tendo em vista, inclusive, que conforme apresentado anteriormente
1626 por Vinícius Cesca de Lima, não haverá ações políticas em janeiro,
1627 somente as ações ordinárias e já previstas. Sobre a possibilidade de
1628 repautar o ponto das recomposições, Vinicius Cesca de Lima acrescenta
1629 que há um grande número de pessoas de cada região indicada para
1630 compor um mesmo núcleo temático, e reforça que é importante ter uma
1631 pessoa de cada região no núcleo, pois essa pessoa seria a responsável
1632 por traduzir a programação estadual para sua região. No entanto,
1633 considera que ter várias pessoas de uma mesma região em um Núcleo
1634 vai de encontro à regionalização. Acrescenta que foram feitas muitas
1635 indicações de pessoas para serem membros dos grupos, mas não para
1636 coordenação, assim, apresenta como possibilidade que um desses
1637 membros seja indicado como coordenador. Destaca que houve indicação
1638 de conselheiras/os para serem membros e podem ser uma boa indicação
1639 para a coordenação. Outro ponto que ressalta é que ficou combinado que
1640 embora não houvesse necessidade de que as/os conselheiras/os fossem
1641 coordenadoras/es dos Núcleos, deve ter ao menos uma/um conselheira/o
1642 compondo cada núcleo. Devido ao horário adiantado da plenária e o
1643 exposto anteriormente, sugere-se que se conduza a recomposição das
1644 Comissões que necessitam que a recomposição seja realizada e que se
1645 repaute a composição dos Núcleos para a plenária de janeiro. Recorda-se
1646 que havia a expectativa das Comissões de Políticas Públicas e de Direitos
1647 Humanos de já terem os nomes das/os coordenadoras/es dos Núcleos
1648 nesta plenária, para que possam finalizar seus planejamentos. A
1649 avaliação dessas comissões foi de com o quadro atual de membros, não
1650 é possível pensar nas ações para todas as temáticas que abarcam.
1651 Dessa forma, não passar essa indicação prejudica a CPP e a CDH na
1652 construção do Plano de Ações. Assim, sugere-se que ainda que não se
1653 tenha apreciado os nomes indicados para compor os núcleos, que esses
1654 possam ser disponibilizados, enquanto contatos, para essas Comissões,



1655 para que possam auxiliar no planejamento de ações. Justifica-se que se
1656 tratam de pessoas que foram indicadas pela plenária por terem alguma
1657 apropriação da temática a qual o núcleo se refere. Larissa Gomes
1658 Ornelas Pedott informa que a CPP tinha a proposta de ter uma planilha
1659 compartilhada com as ações, para que no dia 19 de dezembro, quando
1660 ocorrerá uma nova reunião de Planejamento, as pessoas já tivessem
1661 colocado ações para serem aprovadas, pois são muitos temas de muitos
1662 núcleos, e os membros da CPP não têm domínio de todas as temáticas.
1663 Assim, pontua que, se o plenário estiver de acordo, essa planilha pode
1664 ser compartilhada com as pessoas que estão indicadas como
1665 coordenadoras/es dos Núcleos para que possam auxiliar. Para os temas
1666 cujos núcleos não têm indicação de coordenadora/o, pede que sejam
1667 informadas pessoas afins das respectivas temáticas, para que seja
1668 possível também compartilhar a planilha com elas. Relata que outro ponto
1669 que traz preocupação é a coordenação da Comissão de Políticas
1670 Públicas, pois como é de conhecimento do plenário, a conselheira Beatriz
1671 Borges Brambilla está afastada das atividades do CRP SP por motivo de
1672 saúde. Considera essa indicação urgente, pois há diversas demandas
1673 paradas pois não há alguém na figura de coordenadora/or tocando as
1674 atividades. Comenta também sobre uma representação solicitada por
1675 promotor do Ministério Público e é explicado que demandas de
1676 representação não precisam ser discutidas em plenária, podem ser
1677 encaminhadas diretamente com a Diretoria. Problematiza-se a questão de
1678 compartilhar a planilha com pessoas ainda não aprovadas, embora haja
1679 concordância de que essas pessoas sejam chamadas para contribuir. No
1680 entanto, há questões sérias ligadas a alinhamento político que estão
1681 sendo debatidas e, nesse sentido, se o acesso for dado a essas pessoas,
1682 com pedidos de contribuição sendo feitos por e-mail, há grande chance
1683 de que o processo não esteja alinhado, o que dificultará apreciar as
1684 propostas e enquadrá-las no contexto do PE. Por essa razão, ao menos
1685 as/os conselheiras/os que compõem essas Comissões precisam
1686 acompanhar o processo de alguma forma. Indica-se que com o
1687 afastamento da conselheira Beatriz Brambilla, é necessário pensar em
1688 uma coordenação que seja possível às pessoas em termos de tempo, ou
1689 seja, que essa tenha condições de tocar as ações. Sugere-se que, caso
1690 haja outras indicações para a coordenação dos núcleos, que essas já



1691 sejam passadas ao departamento de secretaria, para que seja possível
1692 passar os contatos para as comissões. Larissa Ornellas reforça a
1693 urgência em que se pense em nomes para coordenação dos núcleos,
1694 pois os atuais membros da CPP não tem possibilidade de planejarem
1695 todas as ações, assim como não há compondo a CPP pessoal suficiente
1696 para acompanhar todas as demandas e todas as temáticas. Ressalta que
1697 a estratégia pensada era ter um quantitativo razoável de propostas, para
1698 poder discuti-las na reunião do dia 19. Solicita ainda que sejam passados
1699 os contatos dessas pessoas indicadas, para a lista possa ser passada
1700 para o Edson Ferreira, assessor técnico do Crepop, que compartilhará a
1701 planilha. Pede, portanto, que o grupo se organize para fazer essas
1702 indicações rapidamente e reforça sua preocupação com a questão da
1703 coordenação da CPP, pois precisará fazer todo esse acompanhamento.
1704 Vinícius Cesca de Lima pontua que, do ponto de vista da apropriação dos
1705 temas, com a atual composição da CPP e da CDH, mesmo realizando
1706 atividades abertas, as comissões não conseguem cobrir toda diversidade
1707 de temas que está sob sua responsabilidade. Como se trata de um
1708 procedimento informal, o que deve ser feito é colocar as pessoas
1709 indicadas para coordenação dos temas em contato com essas
1710 Comissões. Sobre a preocupação de que o que for planejado não reflita o
1711 proposto no PE, pontua que o que está sendo feito neste momento é uma
1712 proposição de Plano de Ações, pois todas essas propostas ainda serão
1713 avaliadas. Haverá um conjunto de avaliações quanto a essas ações: 1)
1714 adequação ao PE; 2) viabilidade financeira de executá-las; 3) se a
1715 atribuição da responsabilidade pela ação está correta. Sobre a viabilidade
1716 financeira, exemplifica que as propostas estão sendo construída sem que
1717 haja diálogo entre as diversas pessoas que estão propondo ações e,
1718 dessa forma, há possibilidade de que não haja recurso financeiro
1719 suficiente para realizar todas as ações. Pontua que se há uma grande
1720 desarticulação, essas pessoas não deveriam ser indicadas. No entanto,
1721 caso ocorram problemas nesse sentido, é possível corrigí-lo na plenária
1722 de janeiro, quando será realizada a avaliação e deliberação sobre o Plano
1723 de Ações. Portanto, haverá duas possibilidades de que as possíveis
1724 falhas serem corrigidas: na avaliação prévia e, depois, na plenária.
1725 Questiona-se se é possível incluir outras pessoas, que embora não
1726 estejam indicadas para compor os núcleos, tem propriedade dos temas e



1727 podem contribuir com o processo. Há a possibilidade de que pessoas da
1728 região de Campinas contribuam, mas questiona-se se há viabilidade
1729 financeira para isso. Vinicius Cesca de Lima não vê obstáculo em
1730 convidar as pessoas para ajudarem a dar conta dessa tarefa. Contudo,
1731 pondera que se forem chamadas 5 ou 6 pessoas de cada região para
1732 ajudar a pensar diversos temas em um mesmo espaço, a reunião não
1733 avançará no sentido de finalizar esse plano. Trata-se de uma limitação
1734 operacional. Assim, entende que a definição das ações é algo que não
1735 precisa ser feito durante a reunião. As/Os conselheiras/os que estiverem
1736 presentes na ocasião podem trocar entre si. A metodologia inicial
1737 proposta para o PE não previa a realização de reuniões abertas, mas
1738 abriu-se essa possibilidade. Então, pondera-se que essas reuniões
1739 podem ser um momento para levantar as questões, depois as/os
1740 conselheiras/os discutem entre si e lançam no sistema até o dia 30 de
1741 dezembro. Embora entenda complicado discutir todas as temáticas em
1742 um mesmo momento, sugere que as comissões pensem em como
1743 operacionalizar isso. Larissa Ornellas Pedott reforça que os nomes sejam
1744 encaminhados com urgência para que seja possível avançar com o
1745 planejamento das ações. Informa ainda que conforme forem recebendo
1746 indicações de ações para as temáticas, pode aviar às/aos conselheiras/os
1747 quais temáticas ainda estão pendentes. **Encaminhamentos: 1)** Aqueles
1748 que já indicaram pessoas para serem coordenadoras/es de núcleos
1749 devem encaminhar os contatos dessas para as/os coordenadoras/es das
1750 Comissões de Políticas Públicas e de Direitos Humanos, para que
1751 possam entrar em contato solicitando que auxiliem com o planejamento
1752 das ações de suas temáticas afins. 2) Considerando a licença de Beatriz
1753 Brambilla por motivo de saúde, o conselheiro Fabio Silvestre, co-
1754 coordenador da Comissão de Políticas Públicas, ficará responsável pela
1755 Comissão. **10.1) Recomposição de Comissões Gestoras – 10.1.1 -**
1756 **Subsede de Ribeirão Preto** - Indica-se o nome de Mariane Capellato Melo
1757 (CRP 06/118906) para compor a Comissão Gestora da Subsede de
1758 Ribeirão Preto, enquanto membro. **Encaminhamento:** Aprovado o nome
1759 de Mariane Capellato Melo, que passa a ser membro da Comissão
1760 Gestora da Subsede de Ribeirão Preto. **10.1.2 - Núcleo Gestor**
1761 **Metropolitano** - Magna Barboza Damasceno solicita que, considerando o
1762 que vem sendo discutido no PE sobre o papel desse grupo, bem como a



1763 deliberação da Primeira Plenária Ordinária, que o grupo seja chamado de
1764 Comissão Gestora Metropolitana, mesmo não tendo ainda uma subsele
1765 regimentalmente criada. A respeito da composição do grupo, propõe-se a
1766 exclusão do subcoordenador, Rodrigo Toledo (CRP 06/90143), e da
1767 membro Maria Rozineti Gonçalves (CRP 06/39077). Indica-se ainda a
1768 alteração de membro para subcoordenadora de Brisa Bejarano Campos
1769 (CRP 06/94625). **Encaminhamento: 1)** O plenário aprova a nova
1770 nomenclatura do grupo, que passa a ser chamado de Comissão Gestora
1771 Metropolitana. No entanto, reforça-se que para comunicações externas, o
1772 grupo deverá ser chamado de Comissão Metropolitana. 2) Aprova-se a
1773 exclusão de Rodrigo Toledo e de Maria Rozineti Gonçalves, bem como a
1774 alteração de membro para subcoordenadora de Brisa Bejarano Campos.
1775 **10.2) Recomposição de Comissões Permanentes, Comissões**
1776 **temáticas e GTs – 10.2.1 - Comissão de Ética – 10.2.1.1 – Comissão de**
1777 **Instrução** - Propõe-se a inclusão de Guilherme Rodrigues Raggi Pereira
1778 (CRP 06/125810) como colaborador da Comissão de Ética para
1779 Comissão de Instrução (CI). Andrea Mataresi reforça ainda que é
1780 importante que mais conselheiras/os da sede se disponham a entrar na
1781 COE enquanto colaboradores de CI. **Encaminhamento:** Aprovada a
1782 inclusão de Guilherme Rodrigues Raggi Pereira como colaborador da
1783 COE para Comissão de Instrução. **10.2.1.2 – Membros** - Propõe-se a
1784 inclusão de Clarice Pimentel Paulon (CRP 06/110289), Dinah Feijó
1785 Capelo (CRP 06/120302), Ianni Regia Scarcelli (CRP 06/22279),
1786 Leonardo Cheffer (CRP 06/115111), Leonardo Zanelli Pereti (CRP
1787 06/89634), Melina Graziela Pagani (CRP 06/83447), Monica Santos de
1788 Almeida (CRP 06/127219), Priscila Xerfan Asmar (CRP 06/57422),
1789 Ronaldo Lopes Coelho (CRP 06/ 99491), Sabrina Jacques (CRP
1790 06/102722) e Thiago Bloss de Araujo (CRP 06/ 109960) como membros
1791 da COE. Encaminhamento: Aprovada a inclusão de Clarice Pimentel
1792 Paulon (CRP 06/110289), Dinah Feijó Capelo (CRP 06/120302), Ianni
1793 Regia Scarcelli (CRP 06/22279), Leonardo Cheffer (CRP 06/115111),
1794 Leonardo Zanelli Pereti (CRP 06/89634), Melina Graziela Pagani (CRP
1795 06/83447), Monica Santos de Almeida (CRP 06/127219), Priscila Xerfan
1796 Asmar (CRP 06/57422), Ronaldo Lopes Coelho (CRP 06/ 99491), Sabrina
1797 Jacques (CRP 06/102722) e Thiago Bloss de Araujo (CRP 06/ 109960)
1798 como membros da COE. **10.2.1.3 – Subsele Baixada Santista** - Propõe-



1799 se a inclusão de Ana Paula Hachich (CRP 74115), José Ricardo Portela
1800 (CRP 51825) e Tayná Alencar de Sousa (CRP 83455) como membros da
1801 COE na Subsede da Baixada Santista. **Encaminhamento:** Aprovam-se
1802 os nomes **de** Ana Paula Hachich (CRP 74115), José Ricardo Portela
1803 (CRP 51825) e Tayná Alencar de Sousa (CRP 83455) como membros da
1804 COE na Subsede da Baixada Santista. 10.2.1.4 – Subsede de Bauru –
1805 Colaboradoras/es para Oitivas - Propõe-se a inclusão de Caroline
1806 Cusinato (CRP 06/112011), Simone Cheroglu (CRP 06/117562), Liara
1807 Rodrigues de Oliveira (CRP 06/85631) e Caio Cesar Portella Santos (CRP
1808 06/108870) como Colaboradores de COE (Oitivas) na Subsede Bauru.
1809 Encaminhamento: Aprovam-se os nomes de Caroline Cusinato (CRP
1810 06/112011), Simone Cheroglu (CRP 06/117562), Liara Rodrigues de
1811 Oliveira (CRP 06/85631) e Caio Cesar Portella Santos (CRP 06/108870),
1812 enquanto colaboradoras/es para Oitivas na Subsede de Bauru. 10.2.1.5 –
1813 Subsede Bauru - Membros de COE (Pareceres) – Propõe-se a inclusão
1814 de Marta Alice Nelli Bahia (06/40893), Ana Letícia San Juan (06/99384),
1815 Patrícia Silva de Figueiredo (06/110869) e Márcio Magalhães da Silva
1816 (06/99618) como membros de COE para pareceres na Subsede Bauru.
1817 **Encaminhamentos:** O plenário aprova os nomes de Marta Alice Nelli
1818 Bahia (06/40893), Ana Letícia San Juan (06/99384), Patrícia Silva de
1819 Figueiredo (06/110869) e Márcio Magalhães da Silva (06/99618), como
1820 membros de COE para pareceres na Subsede de Bauru. 10.2.1.6 – Sede
1821 – Colaboradoras/es para Oitiva - Indica-se a exclusão das colaboradoras
1822 de Oitiva da Sede a pedido das mesmas: Jeane Carla Novaes Pereira
1823 Machado (CRP 06/84212) e Patrícia Ferraz da Silva (CRP 06/128866).
1824 **Encaminhamento:** O plenário aprova as exclusões das colaboradoras de
1825 COE na Sede, Jeane Carla Novaes Pereira Machado (CRP 06/84212) e
1826 Patrícia Ferraz da Silva (CRP 06/128866). 10.2.2 – Câmara de Mediação
1827 da Comissão de Ética (CAM COE) – A coordenadora técnica Luciana
1828 Mantovani informa que se trata da composição da Câmara de Mediação
1829 da Comissão de Ética, que precisa ser criada para iniciar os processos de
1830 mediação. A Resolução prevê um coordenador, para a qual a conselheira
1831 presidenta da Comissão de Ética, Andrea Mataresi (06/101322), se auto-
1832 indica. Explica-se que a indicada seria a conselheira Beatriz Brambilla,
1833 mas não foi possível considerando seu afastamento temporário. Para co-
1834 ordenação, indica-se Victor Barão Freire Vieira (06/100245).



1835 **Encaminhamento:** O plenário aprova a composição da Câmara de
1836 Mediação da Comissão de Ética, tendo Andrea Mataresi como
1837 coordenadora e Victor Barão Freire Vieira (06/100245). 10.2.2.1 - Câmara
1838 Consultiva da CAM COE - Luciana Mantovani informa que a CAM COE
1839 possui um Conselho Consultivo, assim, Andrea Mataresi indica o
1840 conselheiro Luís Fernando de Oliveira Saraiva (06/81533), conselheiro na
1841 gestão passada, Ana Lúcia Catão, advogada contratada na última gestão
1842 pelo CRP para ajudar a elaborar o texto da Resolução tanto do Federal,
1843 que foi proposto pelo CRP SP, quanto o texto da mediação em nível
1844 estadual. E por fim, indica Andrea Arruda Paula (06/43537), que é uma
1845 profissional que atua com justiça restaurativa. Andrea Mataresi explica
1846 que com a criação desse grupo já é possível iniciar os trabalhos em
1847 janeiro, com a realização da capacitação de conselheiras/os e membros.
1848 **Encaminhamento:** São aprovados os nomes de Luís Fernando de
1849 Oliveira Saraiva (06/81533), Ana Lúcia Catão, Andrea Arruda Paula
1850 (06/43537) para comporem a Câmara Consultiva da Câmara de
1851 Mediação da COE. 10.2.2 - Comissão de Orientação e Fiscalização –
1852 10.2.2.1 - Colaboradoras/es na Subsede de Ribeirão Preto - Propõe-se a
1853 inclusão de Marinaldo Fernando de Souza (CRP 06/81671) e Fernando
1854 Calzavara de Oliveira (CRP 06/ 67728) como colaboradoras/es da COF
1855 na Subsede de Ribeirão Preto. Encaminhamento: Aprovadas as inclusões
1856 de Marinaldo Fernando de Souza (CRP 06/81671) e Fernando Calzavara
1857 de Oliveira (CRP 06/ 67728) como colaboradoras/es de COF na Subsede
1858 de Ribeirão Preto. 10.2.2.2 - Colaboradoras/es na Subsede de Bauru -
1859 Propõe-se a inclusão de Caio Cesar Portella Santos (CRP 06/108870),
1860 Carlos Felipe de Freitas Rossi (CRP 06/117264) e Liara Rodrigues de
1861 Oliveira (CRP 06/85631) como colaboradoras/es da COF na Subsede
1862 Bauru. **Encaminhamento:** São aprovadas as inclusões de Caio Cesar
1863 Portella Santos (CRP 06/108870), Carlos Felipe de Freitas Rossi (CRP
1864 06/117264) e Liara Rodrigues de Oliveira (CRP 06/85631) como
1865 colaboradoras/es de COF na Subsede Bauru. 10.2.3 - Comissão de
1866 Políticas Públicas – Indica-se a inclusão do conselheiro Ed Otsuka
1867 (06/73247) como membro da Comissão de Políticas Públicas.
1868 **Encaminhamento:** O plenário aprova a inclusão de Ed Otsuka como
1869 membro da CPP. 10.2.4 - Comissão de Processos Legislativos (CPL) –
1870 10.2.4.1 - Colaborador na Subsede de Ribeirão Preto - Propõe-se a



1871 inclusão de Dario Henrique Teófilo Schezzi (CRP 06/69246) como
1872 colaborador da CPL na Subsede de Ribeirão Preto. **Encaminhamento:**
1873 Aprovada a inclusão de Dario Henrique Teófilo Schezzi (CRP 06/69246)
1874 como colaborador da CPL na Subsede de Ribeirão Preto. 10.2.5 - Grupo
1875 de Trabalho sobre Digitalização dos processos – Informa-se que,
1876 conforme encaminhamento da Plenária Ordinária de novembro, as
1877 Comissões de Orientação e Fiscalização e de Ética deveriam indicar
1878 representantes para compor o Grupo de Trabalho sobre Digitalização dos
1879 processos. A COE indica Edgar Rodrigues (06/29843), o psicólogo Bruno
1880 de Castro Santos Motta (06/94865) e a assistente técnica Patricia Oliveira
1881 para representarem a COE nesse GT. A COF indica Guilherme Rodrigues
1882 Raggi Pereira para compor o GT, enquanto representante da COF.
1883 **Encaminhamento:** O plenário aprova os nomes de Edgar Rodrigues
1884 (06/29843), Bruno de Castro Santos Motta (06/94865) e Patricia Oliveira,
1885 enquanto representantes da COE e de Guilherme Rodrigues Raggi
1886 Pereira (06/125810), enquanto representante da COF no GT. **XI)**
1887 **NOMEAÇÃO DE RELATOR DE JULGAMENTO ÉTICO** – Andrea
1888 Mataresi aponta a necessidade de renomear as reladoras de dois
1889 Julgamentos Éticos: O PE 21/12, cujo julgamento será em 20 de janeiro
1890 de 2017 deverá ter como relatora Larissa Gomes Ornelas Pedott em
1891 substituição à Magna Barboza Damasceno, que havia sido indicada
1892 anteriormente. O PE 69/12, cujo julgamento está agendado para o dia 17
1893 de fevereiro de 2017, deverá ter como relatora Magna Barboza
1894 Damasceno em substituição à Larissa Gomes Ornelas Pedott, que havia
1895 sido indicada anteriormente. **Encaminhamento:** O plenário aprova as
1896 renomeações indicadas: Larissa Gomes Ornelas Pedott será a relatora do
1897 PE 21/12, cujo julgamento está agendado para o dia 20 de janeiro de
1898 2017 e Magna Barboza Damasceno será relatora do PE 69/12, cujo
1899 julgamento está previsto para o dia 17 de fevereiro de 2017. **XI) PONTOS**
1900 **PRA A PRÓXIMA PLENÁRIA** - Como não houve tempo hábil para
1901 discussão de todos os pontos de pauta desta sessão plenária, o plenário
1902 acorda que os pontos pendentes sejam repautados, quais sejam: 1)
1903 Organização nuclear para subsedes; 2) Diretrizes para construção de
1904 uma política estadual descentralizada, regionalizada e interiorizada no
1905 CRP SP; 3) Organização dos coletivos internos do CRP SP; 4) VIII
1906 Prêmio Arthur Bispo do Rosário; 5) Representações em entidades /



1907 órgãos de controle social; 6) Comissão de Orientação e Fiscalização -
1908 Coaching e Psicologia; 7) Cadastramento de profissionais da psicologia
1909 para realização de perícia; 8) Participação dos colaboradores em reuniões
1910 de núcleos e comissões na sede; 9) Avaliação do Planejamento
1911 Estratégico; 10) Avaliação do processo de trabalho dos conselheiros; e,
1912 11) Composição dos Núcleos. Nada mais havendo a tratar, o senhor
1913 conselheiro presidente deu por encerrada a sessão às 18 horas e 20
1914 minutos, da qual eu, conselheira secretária Camila Teodoro Godinho,
1915 lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada por todos os
1916 presentes. São Paulo, dez de dezembro de dois mil e dezesseis.
1917

Andrea Mataresi

Aristeu Bertelli da Silva

Camila Teodoro Godinho

Clarice Pimentel Paulon

Evelyn Sayeg

Fábio Silvestre da Silva

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Luciana Stoppa dos Santos

Maria das Graças Mazarin de Araújo

Maria Rozineti Gonçalves

Monalisa Muniz Nascimento

Regiane Aparecida Piva

Reginaldo Branco da Silva

Suely Castaldi Ortiz da Silva

Vinicius Cesca de Lima

Bruna Lavinias Jardim Falleiros

Ed Otsuka

Edgar Rodrigues



**Conselho Regional
de Psicologia SP**

Ivana do Carmo Souza

Larissa Gomes Ornelas Pedott

Magna Barboza Damasceno

Márcio Magalhães da Silva

Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira
Bicudo Guarnieri

Mary Ueta

Rodrigo Fernando Presotto

Rodrigo Toledo

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br